



Terça-feira, 10 de Agosto de 1976

DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

SESSÃO DE 9 DE AGOSTO

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade
 Alfredo Fernando Carvalho
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo
 Maria José Paulo Sampaio

SUMÁRIO: — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 45 minutos.

Foi aprovado o n.º 15 do Diário.

Proseguiu o debate sobre o Programa do Governo, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Lucas Pires (CDS), Ângelo Correia (PPD), Nandim de Carvalho (PPD), Amaro da Costa (CDS), Vitor Constâncio (PS), Américo Leal (PCP), Narana Coissoró (CDS), Acácio Barreiros (UDP), Cabral Fernandes (CDS) e Carvalho Ribeiro (PPD) e os Sr. Ministro dos Assuntos Sociais (Armando Bacelar).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)
 Adelino Teixeira de Carvalho.
 Agostinho Martins do Vale.
 Albano Pereira da Cunha Pina.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.
 Alberto Marques Antunes.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alcides Strecht Monteiro.
 Alfredo Fernando de Carvalho.
 Alfredo Pinto da Silva.
 Amadeu da Silva Cruz.
 Álvaro Monteiro.
 António Barros dos Santos.
 António Cândido de Miranda Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Chaves Medeiros.

António Duarte Arnaut.
 António Fernandes da Fonseca.
 António Fernando Marques Ribeiro Reis.
 António Oliveira Aires Rodrigues.
 António Riço Calado.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz Almeida Cal Brandão.
 Carlos Alberto Andrade Neves.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Jorge Santos Ferreira.
 Carlos Manuel da Costa Moreira.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.
 Delmiro Manuel Sousa Carreira.
 Edmundo Pedro.
 Etielvina Lopes de Almeida.
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
 Fernando Reis Luís.
 Fernando Tavares Loureiro.
 Fernando Torres Marinho.
 Florival da Silva Nobre.
 Francisco António Barracosa.
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
 Francisco Alberto Pereira Ganhitas.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Francisco Soares Mesquita Machado.
 Gualter Viriato Nunes Basílio.
 Herlânio dos Santos Estrela.
 Jaime José Matos da Gama.
 Jerónimo Silva Pereira.
 João Francisco Ludovico Costa.
 João Joaquim Gomes.
 Joaquim da Costa Pinto.

Joaquim José Catanho de Meneses.
 Joaquim Oliveira Rodrigues.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 José Alberto Menano Cardoso do Amaral.
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.
 José Borges Nunes.
 José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José Ferreira Dionísio.
 José Justiniano Tabuada Brás Pinto.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 José Maximiniano de Albuquerque de Almeida Leitão.
 José de Melo Torres Campos
 José dos Santos Francisco Vidal.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Luís Abilio da Conceição Cacito.
 Manuel Barroso Proença.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Manuel Francisco da Costa.
 Manuel João Cristino.
 Manuel Joaquim de Paiva Pires.
 Manuel Lencastre Meneses Sousa Figueiredo.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Manuel Pereira Dias.
 Maria Alzira Costa de Castro Lemos.
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósia.
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
 Raúl da Assunção Pimenta Rêgo.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Rui Paulo do Vale Valadares.
 Sérgio Augusto Nunes Simões.
 Telmo Ferreira Neto.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.
 Victor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.
 Vitor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Popular Democrático (PPD)

Albino Aroso Ramos.
 Álvaro Barros Marques Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 Américo Natalino Pereira de Viveiros.
 Américo de Sequeira.
 António Augusto Gonçalves.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Joaquim Veríssimo.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 António Moreira Barbosa de Melo.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Eduardo José Vieira.
 Fernando Adriano Pinto.
 Fernando José da Costa.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Manuel Lumbreras Sá Carneiro.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 Henrique Manuel de Pontes Leça.
 João António Martelo de Oliveira.

João Gabriel Soeiro Carvalho.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 Joaquim Guerra de Oliveira Alfaia.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
 Jorge Manuel Moura Loureiro de Miranda.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Angelo Ferreira Correia.
 José António Camacho.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Bento Gonçalves.
 José Ferreira Júnior.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.
 José Júlio de Carvalho Ribeiro.
 José Manuel Menéres Sampaio Pimentel.
 José Rui Sousa Fernandes.
 José Sérvulo Correia.
 José Theodoro Jesus da Silva.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel da Cunha Rodrigues.
 Manuel Henrique Pires Fontoura.
 Manuel Joaquim Moreira Moutinho.
 Manuel Sérgio Garcia Vila-Lobos Meneses.
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Olivio da Silva França.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Carlos Galvão de Melo.
 Carlos Martins Robalo.
 Diogo Pinto Freitas do Amaral.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Emílio Leitão Paulo.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel Farromba Vilela.
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José Magalhães Ferreira Polido de Almeida.
 João Lopes Porto.
 João da Silva Mendes.
 José Cunha Simões.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 José Manuel Mamede Pereira.
 José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.
 Luís Esteves Ramires.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Narana Sinai Coissoró.
 Nuno Kruz Abecasis.

Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Álvaro Barreirinhos Cunhal.
 Américo Lázaro Leal.
 António Dias Lourenço da Silva.
 António Marques Matos Zuzarte.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos Campos Rodrigues da Costa.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 José Manuel Paiva Jara.
 José Pedro Correia Soares.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Raúl Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Vital Martins Moreira.
 Vítor Manuel Benito da Silva.
 Vítor Henrique Louro e Sá.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

O Sr. Presidente: — Estão presentes 214 Srs. Deputados. Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 45 minutos.

O Governo tinha entretanto ocupado já a respetiva bancada.

O Sr. Presidente: — Está em aprovação o n.º 15 do Diário da Assembleia da República.

Há alguma objecção?

Pausa.

Considero-o aprovado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lucas Pires.

O Sr. Lucas Pires (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros: O programa de política externa do Governo mereceu já do meu partido, o CDS, uma pública menção de louvor.

É tendo em conta essa favorável apreciação de conjunto que me limitarei à análise dos aspectos mais discutíveis ou menos claros.

E isto em dois planos: em primeiro lugar, o dos princípios, objectivos e meios da política externa; em segundo lugar, o da correspondência entre a política externa e a política interna.

No que diz respeito ao primeiro plano é desde logo claro que se progrediu muito, quer ao deixar para trás o mundismo e a indeterminação absoluta da nossa recente política externa, quer ao passar para a frente um projecto de integração europeia.

Perguntamos, porém, se não subsistirão ainda inconvenientes factores de indeterminação relativa, presentes nomeadamente na defesa de uma «política complexa» — expressão do Ministro Medeiros Ferreira — que assenta numa multiplicidade de dependências internacionais.

Nesta linha, a nossa primeira dúvida é a seguinte: a matriz e a chave da política externa ora proposta não é — como parece que deveria ser — a delimitação clara entre as quatro áreas geopolíticas principais da nossa actual e real inserção no Mundo — Europa, Península Ibérica, Atlântico e Luso-afonia —, mas sim uma estrutura de «diversificação» das relações externas e um objectivo genérico de paz e cooperação ao nível planetário, o qual deveria ser pressuposto para uma pequena potência e pode atirar para a penumbra uma necessária e forte vontade integrativa.

Esta diferença de perspectiva não é despicada. A ambição de um banho de imersão na política mundial viu-se que fora um mergulho no vazio. Resta saber se o caminho que se arrepiou foi tudo o que se devia arrepiar.

Quanto a nós, do CDS, toda a política externa de um país que saiu de uma guerra e quer sair da ruína deveria constituir-se, antes de mais, no voltar-se para os seus mais próximos e para os seus mais amigos.

Os sociais-democratas também lamentam a ausência do lançamento de medidas adequadas à eliminação do desemprego e subemprego, à clarificação e reabilitação da situação dos profissionais da comunicação social, pela publicação de um código de ética e do estatuto de carreiras, prevendo-se acções de formação acelerada e especialização, desde já, nas seguintes áreas, em colaboração com as organizações sindicais adequadas:

Adidos de imprensa em ministérios e seus departamentos, autarquias locais e embaixadas;

Adidos de imprensa e relações públicas em empresas públicas, cooperativas ou privadas;

Profissionais de órgãos de comunicação social: redactores, realizadores, etc.

Nós, o Partido Popular Democrático, proporíamos uma gestão integrada do parque de máquinas, equipamentos e edifícios pertencentes ao património público por via das nacionalizações directas ou indirectas, mas não enfeudariamo-nos em interesses partidários, bem como a constituição de uma ou mais empresas públicas para proceder à gestão e aluguer — seriam

lançadas através do próprio sistema de *lasing*, de modo a critérios ponderados serem aplicados quanto a:

Cooperativas profissionais de comunicação social;

Empresas privadas de comunicação social;

Empresas públicas ou nacionalizadas de comunicação social;

Departamentos do Estado, autarquias locais, etc.

Nós, sociais-democratas, proporíamos a reclassificação profissional do pessoal da comunicação social ao serviço do Estado ou empresas dele dependentes e do demais pessoal desse sector, em colaboração com os respectivos sindicatos, atendendo à aplicação de medidas no sentido de:

Extinguir situações de pluriemprego;

Exigir o cumprimento de horários de trabalho normalizados;

Garantir o direito ao trabalho pela frequência de acções de formação, posterior classificação e integração em novas categorias profissionais.

E não deixaríamos a critérios partidários do Governo a definição da política de preços de utilização dos serviços de empresas públicas de distribuição, e transportes públicos de órgãos da imprensa escrita, e outro material, bem como dos correios, incentivando por bonificações adequadas a imprensa regional, sem quaisquer discriminações, e a destinada aos emigrantes.

Os sociais-democratas estariam dispostos a patrocinar a criação de novas empresas públicas no domínio da rádio, televisão e imprensa escrita (designadamente de âmbito regional), apenas para actividade de elaboração da informação, com independência empresarial em relação às unidades encarregadas da gestão do parque de máquinas, equipamentos e edifícios, como atrás propusemos.

E para salvaguarda do pluralismo, nós, os sociais-democratas, avançaríamos na abertura de concursos públicos entre empresas privadas e cooperativas para explorarem em regime de contrato de concessão, devidamente tipificado, quer programas, quer títulos de diários e semanários, quer de equipamentos pertença do Estado, de empresas públicas ou nacionalizadas, de imprensa escrita, televisão ou rádio, e, neste último caso, proporíamos por concurso a instalação de emissores de frequência modelada de curto raio de acção.

Também lamentamos a ausência de uma proposta de criação de um serviço a nível central responsável pela difusão da informação pertinente em termos de cultura e língua portuguesa junto dos países de língua portuguesa, promovendo igualmente o intercâmbio da imprensa escrita, com destaque para a especializada, de programas de rádio e televisão, o que aliás não pode competir à Anop.

Também o programa é omisso sobre a reestruturação dos serviços afectos ao Secretário de Estado da Comunicação Social, não apenas para as ligações internacionais, mas no quadro global da reorganização da Administração Pública, a fim de poder levar por diante as medidas preconizadas, sem esquecer a conexão de certas actividades de cinema com a política de informação.

Nós, sociais-democratas, lamentamos ainda a ausência da fixação de prazos claros para:

Transferência para a dependência da Assembleia da República do Conselho de Imprensa, ainda a funcionar na dependência do Ministério da Comunicação Social;

Constituição dos conselhos de informação da televisão, rádio e imprensa;

Revogação da legislação sobre crimes praticados através da imprensa recentemente pública.

Segunda dúvida: no que diz respeito à opção pró-europeia e à ligação preferencial com os países pivots dessa comunidade — França, Inglaterra e Alemanha —, elas parecem revestir, sobretudo, um carácter economicista. Estaria subjacente a ideia de que a Europa é mais do nosso interesse do que da nossa responsabilidade, que é mais «a Europa connosco» do que «nós com a Europa» — interpretação que de resto se compagina com a atitude abstencionista tomada há pouco ainda pelo Partido Socialista nesta Assembleia quanto à proposta do meu partido, o CDS, de criação de uma comissão das questões europeias. O CDS pensa que deve ser esclarecido, sem ambiguidades, se a Europa é para nós um objectivo ou apenas um instrumento.

A terceira dúvida é a seguinte: quando, em vista da opção europeia, parecia necessário lançar as bases de um debate sobre a Europa e de um empenhamento nacional nesse sentido, o Programa do Governo Socialista não aborda esta questão candente: que Europa?

Uma Europa supranacional ou uma «Europa das Pátrias»? As eleições directas para o Parlamento Europeu vieram, de facto, fazer com que, já a curto prazo, essa questão venha a ser uma questão prática e não uma questão académica. Quereremos nós também ajudar a conformar e a construir a Europa projectando sobre ela o nosso próprio modelo ou limitar-nos-emos a aceitá-la como um «mal necessário» ditado pela necessidade económica, qualquer que essa Europa venha a ser?

Quarta dúvida: quanto à Península Ibérica, o Programa, embora venha a admitir a possibilidade de «relações especiais» com os nossos vizinhos, declara, porém, que as relações com a Espanha devem passar pela Europa. A ideia assenta na convicção já expressa pelo Ministro Medeiros Ferreira de que a Espanha é mais ibérica e menos europeia do que nós.

O CDS gostaria, a propósito, de apurar o seguinte: qual é o melindre que para a Espanha — que é a nossa única fronteira e com quem, no mínimo, se tem de assegurar uma política de boa vizinhança — existe quando um Ministro dos Negócios Estrangeiros diz o que disse em letra de forma? De resto, pelo menos no domínio da economia, não será a Espanha até mais europeia do que nós, sendo facto que é mais depressa e com menos riscos que pode ingressar no Mercado Comum? Não tem, aliás, até hoje a Espanha mostrado por nós um respeito integral e, em matéria de relações económicas, até uma certa complacência? E, por último, não terá a Espanha suficientes apelos de autonomia interna e de integração externa para que se devam considerar dissipados à partida quaisquer perigos de absorção ibérica?

Quinta dúvida: quanto à esfera do Atlântico, cabe perguntar se se considera o mesmo apenas função do interesse estratégico dos Açores e de integração na NATO ou se, pelo contrário, será esse Atlântico a expressão de um quadro político e civilizacional mais vasto.

Interessa saber também se a Aliança Atlântica é considerada um puro pacto de defesa militar ou se encaram, até para lá da hipótese de desactivação da NATO, outras formas de cooperação (não militar) entre os aliados. E, ainda neste domínio, que papel se atribui à Europa como tal ou como unidade potencial no contexto da defesa atlântica e que reconhecimento há da importância dos Estados Unidos na conservação da liberdade europeia?

A sexta dúvida diz respeito ao Brasil. Supomos, de facto, que não é isento de perigos incluir as relações com ele entre o conjunto das relações com países lusófonos, em vez de as considerar no quadro das relações bilaterais. Não será pensável que a sensibilidade brasileira possa ver nisso ainda uma reminiscência do estatuto colonial ou, ao invés, um complexo metropolitano de Lisboa em relação a um país que já tem muitos decénios de história e se aproxima a boa passada da vanguarda mundial? Dúvida que tem tanto mais razão de ser quanto é certo que a lusofonia não constitui um parâmetro essencial da filosofia governativa dos negócios estrangeiros.

Sétima dúvida: para a indeterminação e fluidez da política externa proposta contribuem ainda certos resquícios de ilusão em relação aos resultados do espírito de Helsínquia, até hoje sem qualquer saldo positivo, ao mesmo tempo que a NATO é considerada um desnecessário bombeiro, num mundo que nem sequer tem fumo, quanto mais fogo, ou até um espantalho num milheiral que já não atrai os corvos, talvez até porque já não tenha milho (*risos*). Isto ainda e ao mesmo tempo que se distribuem acenos especiais de simpatia aos não-alinhados, nomeadamente.

Também não ajuda à nitidez e à determinação da política governativa dos Negócios Estrangeiros a ausência de directrizes quanto à nossa inserção ou posicionamento perante os blocos de forças que se perfilam na Organização das Nações Unidas — que é a grande expressão institucional da política de espectro mundial e em relação à qual se justificaria, pois, uma definição política clara. Aliás, a consciência de uma «constituição» autónoma da sociedade internacional, associada ao facto de sermos internacionalmente quase um país totalmente novo, capaz, pois, de se situar por referência ao estádio mais avançado da evolução da comunidade das nações, deveriam ter-nos levado a prestar uma maior atenção à política das organizações internacionais e sua possível colaboração no desenvolvimento interno, à promoção e tradução interna das principais normas de direito internacional e à política transnacional dos sindicatos, partidos e outras organizações internas com relevo e actividade nesse domínio.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

Oitava dúvida: o Programa é omisso quanto ao relevo e significação internacional do estatuto de Macau e não dá ênfase suficiente à importância das

relações com a China Popular, no quadro da independência nacional e europeia e de um equilíbrio ecossistema mundial. Também os problemas de Timor e do contencioso luso-indonésio decorrente são passados ao largo, sugerindo implicitamente o tratamento destas situações como verdadeiros «mistérios do Oriente»...

Décima dúvida: os países que promovemos a patrícios da nossa necessidade de clientela económica e com quem decidimos ir à boleia para a prosperidade foram escolhidos um pouco arbitrariamente, tendo sido esquecidos, entre outros, países com forte enraizamento de ricas e generosas comunidades portuguesas com quem seria realista contar — Venezuela e Canadá —, tendo sobretudo em vista a «inovadora» e «original» política, também anunciada, de favorecimento da emigração... De resto, esta política da procura de ajuda porta a porta tem não só ressonâncias desmobilizadoras de uma política de mão estendida, como parece a negação implícita da ajuda planeada, concertada e negociada — do tipo da do Plano Marshall, a equivalente à segurança social entre Estados amigos —, que poderíamos procurar no âmbito de uma mais decidida política integrativa.

E a talhe de foice: pedimos assistência económica e financeira a terceiros Estados. Mas porque não pomos o problema da renegociação dos nossos compromissos em Cabo Bassa, que, segundo consta, nos custaram, já este ano, uma nova prestação de um milhão de contos? Não será uma ironia amarga pagar a luz eléctrica dos outros quando ela aqui falta em nossa própria casa?

Décima primeira dúvida: num mundo como o da Europa, onde as grandes forças de convergência são a cultura e a técnica, e estando a nossa educação e a nossa economia tão carecidas de qualquer desses dois elementos vitais, pareciam evidentes a necessidade e a vantagem da proposição de políticas de cooperação e intercâmbio nesses domínios — o que não foi feito!

Para completar este interrogatório périplo, a décima segunda dúvida: seria ou não seria a política externa a rubrica sistemática indicada para propor um plano de defesa dos valores culturais portugueses no mundo e, nomeadamente, para o da difusão e expansão da nossa língua, criando eventualmente um instituto em vista desse fim? A medida que crescemos em pobreza o capital da língua avulta! O instituto a criar, aliás, dada a direcção externa da sua actuação, não correria o risco de acotovelar todos os outros em que a planificação governativa — pelo menos a planificação da palavra — ameaça ser fértil.

A segunda questão que pomos é a da correspondência e continuidade entre as políticas externa e interna, no seu conjunto.

Em primeiro lugar, julga-se que teria sentido, a este propósito, por motivos políticos e pedagógicos gerais: primeiro, ter feito um chamamento mais incisivo para a importância das opções internacionais feitas; segundo, ter dado à política internacional um carácter mais central e mais determinante no conjunto do Programa do Governo.

Isto, por três motivos principais.

Como primeiro motivo, a identidade nacional, a cuja crise o Programa faz referência, poderia mais

facilmente reencontrar-se através de uma configuração precisa e emblemática dos nossos compromissos e contornos externos.

É a este nível que mais necessário é, como de Gaulisticamente se diria, fazer uma certa ideia de Portugal ...

Transformado em bandeira, o posicionamento externo poderia servir como um dinâmico princípio de aglutinação e mobilização para o desenvolvimento, numa circunstância em que os motivos políticos internos são ainda menos constantes e mais divisores.

Um segundo motivo da importância actual decisiva da política externa é que, concluído que está o nosso contrato social interno, a nossa Constituição Política, a que todos os partidos se mostram conformar-se, seria agora a hora propícia para a definição e o acabamento do nosso contrato social externo, entre Portugal e a comunidade das nações. É que esse contrato social externo será ele próprio constituinte, e por muito tempo, da nossa vida política, económica e social interna.

Para que tal novo pacto pudesse ser colectivamente consciencializado teria sido necessário, entretanto, não só um maior privilegiamento e decisão do programa de política externa, como também um seu contrastamento ou confronto dialéctico nítido com a ensarilhada política anterior de Estado saltimbanco, ou, na pior das hipóteses, de Estado *globetrotter*, que, no fundo, corresponderá à fase interna da revolução na rua e fora gerada pela ilusão de sermos então o centro do mundo.

A verdade, porém, é que este Programa não dá conta nem do decurso, nem dos resultados da política internacional portuguesa até este momento — facto tanto mais estranho quanto é certo que é neste domínio que a política é sobretudo um processo. E é neste domínio, onde o tempo é mais acelerado, que é preciso destacar mais claramente o futuro do passado, para jogar tudo no primeiro.

Em terceiro lugar, a medular importância da política externa no conjunto do Programa deveria ser a consequência, quer do que no próprio Programa se chama o «encerramento do ciclo do império», quer da normalização constitucional do debate ideológico interno.

Daí decorreria que o impulso e a condição principal de toda a política portuguesa — a interna incluída — seria a determinação das constantes do nosso novo equilíbrio geopolítico e cultural, do novo ciclo histórico aberto, assegurando assim a estabilidade, quer para uma nova paz, quer para um novo progresso português e habilitando-nos a tirar as maiores vantagens, externa e internamente possíveis, da nova situação! Se se tivesse partido daí e respeitado até ao fim esse motivo dorsal, tal teria servido, além do mais, para dar harmonia a um Programa que, no seu conjunto, tem defeitos de orquestração entre as várias partes que o compõem.

Há, além disto, visíveis desajustamentos — porventura, até contradições — entre as estruturas e os fins da política externa e as estruturas e os fins da política interna.

Em primeiro lugar, uma política externa verdadeiramente nacional suporia uma referência expressa quer à participação dos partidos de oposição na sua elaboração, quer aos poderes constitucionais do Chefe do Estado nessa matéria.

Chamar a Oposição seria uma forma de evitar interferências eventuais das várias internacionais partidárias na política portuguesa, como, nalguns casos, temos visto acontecer até agora.

Em segundo lugar, uma pequena referência ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Fala-se de ampliação e reestruturação! No contexto de um País pobre e de um Programa que conta com o ilusionismo ao ponto de não dizer como se autofinancia, pode perguntar-se se essa reestruturação e ampliação, sendo necessidades, serão, também, prioridades.

Há, por outro lado, aspectos de política qualitativa do Ministério que não são referidos. Por exemplo: continuar-se-á a adoptar para certos postos o recrutamento de embaixadores milicianos, fora da carreira? Por exemplo: o Ministério passará a ser uma equipa entrosada de decisão ou continuará a ser apenas o enovelado processo mental de uma única pessoa?

O crédito pessoal de Medeiros Ferreira é muito favorável, mas uma palavra firme a qualquer destes propósitos seria tranquilizante!

Em terceiro lugar, quando internamente se instala a 1.ª brigada da NATO no nosso país e parece aumentar o nosso interesse militar pela mesma, temos uma política externa que, ao contrário, só se casa com a NATO *in articulo mortis*, considerando essa velha senhora um simples cadáver adiado ...

Temos de admitir que, fazendo abstracção das intenções, haveria neste condicionalismo lugar para uma preocupante questão: será a NATO para nós um puro instrumento de política interna ou ordem pública administrativa? A nossa política externa deveria, pois, actualizar-se em relação à política interna, até para não a comprometer ...

Em quarto lugar, a escolha europeia corresponderá, realmente, à vocação global da política interna proposta?

O mecanismo de integração na Europa não se consome num puro acto jurídico de adesão ou até só num processo político de integração.

O mecanismo da integração europeia é basicamente um mercado. Sabe-se que no mercado são os mecanismos de troca, associação e federação livre de interesses que dominam, e não se vê, pois, muito bem como integrar aí o nosso «planeamento integrado e permanente» e a nossa economia pleonasiticamente débil e socialista.

Como conciliar com esta integração económica uma lei dos investimentos estrangeiros cujo espírito desencorajador é conhecido? E aceita-se ou não a possibilidade de associação de empresas públicas e privadas portuguesas a empresas europeias competitivas? Que esforço se pensa fazer para a homogeneização das nossas leis económicas com as vigentes no âmbito dos países do Mercado Comum? Que tipo de especialização económica se escolheu para actuar com lucidez na perspectiva de divisão de trabalho do mercado europeu? Onde está a política que favoreça a iniciativa, valorize a condição empresarial e, favorecendo as exportações, leve, pois, os cargos empresariais à Europa?

Onde está um modelo resistente e dinâmico de empresa, até agora só encarada do ponto de vista parcial e negativo do controlo da empresa, para poder lançar essas unidades no mar da terra europeia?!

A integração faz-se por baixo ou a partir de baixo e não é uma pura questão de mais ou menos soberania política. Só o sector privado ou um sector público que aceite a lógica empresarial e a lógica do mercado poderão ter o dinamismo de que carecem os processos integrativos.

Como se chegará lá, então?

Não haverá aqui um desfasamento de princípio e de estrutura? Para sermos crivelmente candidatos à Europa, não precisaríamos até de uma outra imagem interna, de capacidade e de produtividade?

Pode-se pôr até o problema de saber se não haverá, mesmo, no Programa uma deficiência de conceito traduzida no facto de se preferir a noção de relações externas à de relações internacionais.

Deixa-se, assim, supor a existência de uma exterioridade absoluta de certas relações do Estado, quando hoje nenhuma política externa é só política externa. No momento do mundo em que o Estado-nação se tornou impotente e a unidade do mundo é um pressuposto, a política internacional deixa de ser supersetra e torna-se, reciprocamente, constitutiva da própria realidade interna.

Tirar disto lições não será uma causa de menos independência nacional. Pelo contrário, só a continuidade entre as duas políticas — a de dentro e a de fora — dará força suficiente a qualquer acto do Estado, ajudando-nos a chegar ao mundo e a inscrever lá a nossa dedada — e não apenas a nossa pegada — e a reconhecermo-nos, ao mesmo tempo, como sujeitos capazes na vida entre as nações. É, pois, também uma questão de conceito que nos pode separar do Programa do Governo. Pela nossa parte, pela parte do CDS, temos a certeza de que é a perspectiva que defendemos aquela que pode ajudar Portugal a ser ainda mais Portugal.

Aplausos dos Deputados do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PPD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa apresentado pelo Governo contém vários aspectos aceitáveis que não referiremos. Aponta também alguns problemas importantes que justificam alguma reflexão.

Julga o PPD ser indispensável viabilizar a economia para viabilizar a democracia. Tal passa por tornar as empresas rentáveis e proceder a um planeamento adequado.

Relativamente ao primeiro ponto, o Governo passa em claro a definição de prioridades a atacar. Dever-se-ia escolher alguns sectores, e não uma gama tão ampla que torne irrealista e inconsequente a adopção de tais medidas.

Aponta-se a alta dos custos de produção como um dos factores decisivos para a deterioração económica e financeira das empresas, apelando o Programa do Governo para uma redefinição dos preços, para uma política de verdade nos preços, como disse o Sr. Primeiro-Ministro, de acordo com os custos reais de produção.

Se se seguir tal política, os preços subirão vertiginosamente, pelo que, se o Governo os quiser conter, terá de estabelecer uma política de produtividade eficaz.

Política de produtividade que requer medidas insuficientemente ou mesmo não explicitadas no Programa do Governo.

Pouco se diz de uma política activa de mão-de-obra que contemple a intensificação das análises actual e futura do mercado de emprego, que promova orientação e formação profissionais, que incentive cursos específicos e de reciclagem e facilite a mobilidade geográfica dos trabalhadores.

Ao nível da mão-de-obra altamente qualificada é urgente a criação de um instituto superior de formação de gestores, sem o que a improvisação e o amadorismo continuarão a impedir a recuperação das empresas nacionais.

Não se diz que uma política de produtividade requer a difusão e expulsão das técnicas e métodos correspondentes, através dos centros técnicos de cooperação ou reestruturação, mormente em sectores tecnologicamente débeis ou atrasados (caso, por exemplo, do vidro, da madeira, da fundição e do calçado).

Por último, e sem carácter exaustivo, uma política de produtividade requer investimentos específicos, que no nosso entender deveriam ser considerados prioritários na política de crédito.

De um ponto de vista estritamente financeiro, a viabilização das empresas requer pelo menos duas medidas, não enunciadas no Programa do Governo.

Por um lado, a adopção de taxas de juro preferenciais dos capitais mutuados pelas empresas, ou seja, taxas de juro inferiores às observadas num período de estabilidade económica.

Desse modo, o investimento é mais fácil e produtivamente realizado e os encargos financeiros das empresas são menos gravosos. Consequentemente, os preços de venda podem não aumentar e os índices de rentabilidade e liquidez melhorar substancialmente.

Por outro lado, a situação líquida de muitas empresas requer terapêutica imediata.

Consideramos, pois, necessária uma política de consolidação de créditos, isto é, fazer diminuir as dívidas que as empresas têm, sobretudo perante a banca. Não se trata de as empresas deixarem de pagar o que devem. Trata-se de ou transformar parte das dívidas em capital social, ou, em vez de aquelas serem pagas a curto prazo, passarem a sé-lo a médio e a longo prazos.

Tal permite maior alívio da sua situação financeira e uma descompressão do sistema bancário, que neste momento é um verdadeiro apaga-fogos a acorrer a situações como esta. Possibilita-se desse modo uma maior afectação de recursos para investimento.

É evidente que a contrapartida vai residir na menor rentabilidade do sistema bancário. Mas como o PPD o considera um sistema eminentemente instrumental, julgamos preferível privilegiar o sector produtivo.

Queremos empresas florescentes e bancos rentáveis. Não queremos bancos muito lucrativos e empresas em dificuldades.

Uma voz do PPD: — Muito bem!

Isso é mau para o País e é mau para todos os trabalhadores.

Falando, aliás, do sistema bancário, para quando a publicação pelo Governo dos relatórios, balanços e contas das instituições de crédito?

Curiosamente, o Programa do Governo aponta para uma expansão de circulação monetária que acompanhe o crescimento do produto nacional. O Governo tem de ter consciência de que assim vai permitir uma política contra a expansão económica, que não favorece nem o pleno emprego nem sequer a aceleração do investimento. Como pode o Governo dinamizar a economia quando ele próprio permite um estrangulamento deste tipo?

Aliás, pensamos que a não resolução financeira das empresas determinará a sua permanente dependência do sistema bancário. A definição de planeamento interno nas empresas torna-se difícil, em nada contribuindo para o arranque económico.

O PPD entende, ainda, serem de remover completamente quaisquer direitos alfandegários ainda existentes que recaiam sobre a importação de matérias-primas, produtos intermédios e bens de capital necessários à actividade industrial.

Desse modo os preços de venda ao público podem ficar mais baratos e isto vai beneficiar.

A aplicação selectiva desta medida, conjugadamente com a anterior, em sectores fixados pelo Governo constituiria um instrumento eficaz de viabilização da produção nacional.

A segunda grande preocupação no domínio económico deve residir na efectivação de um planeamento adequado ao País, de acordo com um modelo coerente de desenvolvimento decorrente do texto constitucional.

Ora, na semana passada, o Sr. Deputado António Reis disse terem significado sobretudo as críticas de fundo. No dia seguinte, o Sr. Ministro da Coordenação Económica remetia as questões de fundo para a apresentação e discussão do Programa para 1977 e do Plano Quadrienal 1977-1980.

Pretender-se-á com isto esvaziar de conteúdo a actual discussão e crítica pela Assembleia da República do Programa do Governo? Não vamos entender assim, como é evidente.

Manifesta o PPD interrogações sobre os problemas de fundo. Não contra eles, mas sim quanto à sua definição, já que os acha insuficientemente definidos.

Com efeito, o Programa carece de adequação a dois «quadros de referência» indispensáveis a qualquer modelo económico: uma óptica de reordenamento do território e um esquema integrado e coerente de desenvolvimento industrial.

O Programa do Governo é insuficientemente definido. Ao nível de princípios, é banal e vago. Ao nível do concreto, contém uma lista de acções a empreender desligadas do modelo concreto e sem as devidas compatibilizações internas. Só por milagre se poderá resolver e fazer tudo o que o Programa do Governo aponta. E em economia não há milagres, há, sim, recursos, vontade e competência.

Vozes do PPD: — Muito bem!

Dever-se-ia aproveitar o dinamismo já existente nas grandes áreas de Lisboa e Porto e promover um processo correcto de penetração para o interior de actividades económicas e sociais através de linhas precisas de irradiação.

Portugal não pode ser uma Lisboa rica e um interior pobre.

Vozes do PPD: — Muito bem!

E do Programa do Governo não decorre uma visão que contrarie esta situação.

É parcialmente integrável neste conceito a constituição e estímulo dos parques industriais, permitindo-se economias de escala e fenómenos de polarização, viabilizando empresas aí implantadas, política essa de que o Governo é omisso.

O modelo de industrialização subjacente ao Programa do Governo parece, em alguns casos, ser o da substituição de importações. Não se comprehende quando o Governo, ele próprio, define uma política de aproximação e integração de Portugal na CEE. Tal modelo não é europeizante. Não é também de Terceiro Mundo. Talvez seja de um qualquer «quarto mundo» ...

Risos.

Pensamos que o mesmo pode servir por vezes, mas com aplicação limitada e bastante! Logo é insuficiente. Logo neste domínio o Programa do Governo tem de ser repensado. Melhor se diria, pensado, com eficácia e realismo.

Sendo a escolha do modelo de desenvolvimento das actividades produtivas, só por si, importante, carece todavia da explicitação das condicionantes de natureza financeira, comercial e tecnológica.

A formação bruta em Portugal está e estará limitada pelo grau da poupança nacional, pela escassez das reservas de ouro e divisas do País e ainda pelo valor das saídas em divisas, por rendimentos de capitais e amortizações dos vultosos empréstimos contraídos a médio e a longo prazos.

É, pois, necessária a articulação entre todos os aspectos envolvidos, concedendo-se à política de investimento um elevado grau de prioridade na afectação dos recursos em moeda externa. Saberá o Governo as possibilidades reais de recursos para investimentos? Se sabe, que o diga. Se não sabe, que o diga também.

Risos.

Contudo, é no domínio tecnológico que se vai, porventura, manifestar o maior desafio à sociedade portuguesa.

Só há independência nacional com tecnologia nacional. No caso português, isso adquire particular relevância dada a modéstia das actividades em investigação e desenvolvimento, o seu relativo despréstígio e a escassa ênfase na investigação aplicada e desenvolvimento nos sectores produtivos.

Portugal pode industrializar-se, pode comprar lá fora equipamento, solicitar assistência técnica ou adquirir tecnologia no exterior, simplesmente a nossa dependência aumenta de uma forma irrecuperável.

Só com bons operários, bons gestores, bons mestres e bons técnicos, satisfeitos, gratificados, por se encontrarem no seu País, colaborando num projecto que é de todos e para todos os portugueses, ultrapassaremos a mediocridade. E, em termos de independência nacional, isso vale mais do que um grande arsenal militar.

O Sr. Sá Carneiro (PPD): — Muito bem!

O Orador: — Considera, pois, o PPD, numa óptica de independência nacional a urgente consideração

de uma bateria de medidas, das quais destacamos algumas muito liminarmente:

Prioridade à investigação aplicada, nomeadamente à adaptação tecnológica, de acordo com a estrutura portuguesa de recursos;

Prioridade à investigação na agro-pecuária, energia e indústria, através da concessão de meios financeiros e humanos adequados;

Criação de um clima estimulante à inovação, quer através de uma política nacional de marcas e patentes, quer de uma alteração do sistema da propriedade industrial, quer de uma actuação nos processos de transferência tecnológica, quer ainda do estabelecimento de fórmulas contratuais entre as empresas públicas ou privadas e os centros de investigação do sector público e ensino superior;

Promulgação pelo Governo de um diploma que conceda benefícios e/ou comparticipações para as empresas que realizam actividades de investigação e desenvolvimento.

O Sr. Sá Carneiro (PPD): — Muito bem!

O Orador: — Em síntese, julgamos deixar bem expressa a necessidade de uma articulação a nível nacional entre a política económica e a política de ciência e tecnologia, aspectos que o Programa do Governo não contempla de maneira suficiente. Por isso lhe formulámos as objecções apontadas. O último aspecto que no programa económico do Governo nos merece reflexão, face às limitações de tempo de exposição, reside na existência de um sector privado a dinamizar.

Até final do corrente ano é previsível que a Assembleia da República defina os sectores básicos vedados à iniciativa privada e que as «regras do jogo» da actividade económica fiquem bastante mais clarificadas.

É então possível uma aceleração do investimento privado, o qual só, todavia, após os períodos de escolha, concepção e arranque dos projectos começa a manifestar efeitos benéficos, nomeadamente na absorção do desemprego. Julgamos que tal só ocorrerá no primeiro semestre de 1978. Até lá terão de ser as empresas públicas e os programas governamentais a constituir o motor de crescimento e investimento.

Ora o Programa do Governo aponta sobretudo para indústrias de elevada intensidade capitalística, que requerem menor volume de emprego por unidade de investimento. O Governo vai, pois, querer investir nas indústrias que empregam menos trabalhadores.

Desse modo, não é de esperar uma diminuição considerável do volume de desempregados. Isso não nos parece acertado.

Por outro lado, vai-se investir em indústrias, como celulose, químicas e siderúrgica, que são altamente poluentes.

Está o Governo atento a esse problema? O Programa não o mostra!

Vão os cidadãos que habitam no Barreiro, Seixal ou Cacia continuar a suportar os efeitos da poluição? Há algum plano de recuperação das áreas agrícolas completamente destruídas pelos efeitos da poluição? Onde se vai localizar a central nuclear a que o Programa do Governo alude? Em Ferrel? E onde se vão

lançar os detritos? E a pesca de Peniche e a agricultura daquela área não vão ficar afectadas?

Vozes do PPD: — Muito bem!

O Orador: — Queremos uma indústria que sirva o homem e não o homem que sirva a indústria.

Vozes do PPD: — Muito bem!

O Orador: — Não parece ainda a política industrial a mais adequada à actual estrutura de dotação de factores. Dir-se-ia mesmo que se está a partir do pressuposto da existência de condições iguais às verificadas num passado recente. Nessa altura havia abundância de recursos financeiros e relativa falta de mão-de-obra, precisamente as circunstâncias inversas das que hoje em dia se verificam.

Apesar de tudo, o Partido Popular Democrático espera serena e confiadamente que, aquando da apresentação do Programa para 1977 e do Plano Quadrienal 1977-1980, sejam clarificados alguns pontos importantes omissos ou insuficientemente tratados no Programa do Governo e dos quais apontámos alguns.

Não nos referiremos, naturalmente, ao plano para os próximos quinze anos, já que o consideramos um excelente, um magnífico exercício teórico.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados do PPD.

O Sr. Presidente: — A intervenção durou dezoito minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nandim de Carvalho.

O Sr. Nandim de Carvalho (PPD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No domínio da problemática da informação e também das questões conexas com a comunicação social, o primeiro comentário a fazer é de felicitações pela inclusão daqueles temas no Programa do Governo minoritário do Partido Socialista.

Felicitações duplas porque essa inclusão representa uma autocrítica saudável da direcção do PS, que, ainda muito recentemente no documento eleitoral intitulado «Programa para um Governo PS», omitia totalmente tudo quanto dissesse respeito à política de informação e relativa à comunicação social. Contrariamente, ao programa de governo do Partido Popular Democrático apresentado em final de Março de 1976 não se verificava então qualquer preocupação expressa naquelas áreas por parte do PS; sendo certo que sobre o assunto o PCP dedicava quatro linhas e o CDS acompanhava o mutismo do PS.

Na altura, o Partido Popular Democrático dedicou a este assunto sete páginas ...

Risos.

O segundo comentário diz respeito à óptica com que são encarados os meios e órgãos de comunicação. Embora reconhecendo-se a sua função social, aparecem perspectivados como totalmente alheios ao Estado e aos Órgãos de Soberania.

Dir-se-ia que a orientação do Programa do Governo é pretensamente liberal neste domínio, não se reclamando da responsabilidade directa que deve caber a

certos meios da comunicação social, ou seja, a responsabilidade de se configurarem com pressupostos e instrumentos de consolidação da democracia e da própria construção reformista do socialismo humanista.

E, sendo assim, quem assume a defesa global do pluralismo ideológico que se limita a ser reconhecido como criador de soluções justas e condição de liberdade e democracia?

Não seria mais inovador e mais correcto para com o povo português atribuir à Assembleia da República a responsabilidade de superintendência sobre os meios de comunicação estatizados e em geral sobre a política de informação, de modo a preservar pela acção de uma comissão parlamentar pluripartidária o efectivo respeito pelo pluralismo político?

O Partido Popular Democrático entende que essa seria, no domínio dos princípios, a única medida capaz de retirar à informação a possibilidade de ser o instrumento da política governamental, ainda que encapotadamente.

Acrece que, no caso concreto da política portuguesa, aquela tomada de posição surge reforçada pela intervenção do Sr. Deputado Salgado Zenha.

Pois não defendeu o Sr. Deputado, com veemência, a tese de que só um Governo PS poderia viabilizar e consolidar a democracia, que o Programa do Sr. Presidente da República, General Ramalho Eanes, era o Programa do PS, que todos os partidos, excepto o PS, actuam em desacordo com a Constituição, que foi o PS que redigiu sozinho a Constituição e que por esse motivo só ele tem a chave legítima da sua interpretação?

Se estas teses prevalecessem no Governo do PS, a liberdade de informação estaria gravemente comprometida em Portugal!

Vozes do PPD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, a aparente ausência de uma política de informação e a não atribuição da definição da sua perspectiva à Assembleia da República contribuirão para arruinar as empresas privadas deste domínio, elas sim, que continuam a pagar impostos, contribuições à Previdência, juros aos bancos, salários e demais encargos, sem receber quaisquer subsídios dos cofres públicos. Para o Partido Popular Democrático o Governo não deve ter a responsabilidade (que se reclama) de nomeação dos administradores, gestores e directores dos órgãos de comunicação estatizada ou controlada pelo Estado.

Para se evitar o *contrôle* partidário, que também preocupa o Sr. Ministro Almeida Santos, essa competência deveria pertencer à referida Comissão Parlamentar da Assembleia da República.

Vozes do PPD: — Muito bem!

O Orador: — Um programa social-democrata a apresentar pelo Partido Popular Democrático nestes domínios procuraria decerto apresentar soluções concretas e mais creteriosas para:

Salvaguardar os dinheiros e interesses dos contribuintes;

Afastar o espectro do desemprego que aflige os trabalhadores do sector, quer nas cidades quer na província;

Gerir correctamente o sector público, de modo a transformá-lo num instrumento ao serviço da construção da sociedade socialista humanista, efectivamente pluralista, que preconizamos.

Assim, nós, sociais-democratas, lamentamos que o Programa do PS não identifique claramente os agentes da informação, definindo os seus interlocutores dos sectores privado, cooperativo e público, com o estabelecimento de condições equitativas de concorrência entre eles.

Nesta última zona lamenta-se a ausência de identificação das áreas de informação confiadas à Administração Pública no que respeita às relações de esclarecimento dos cidadãos propriamente ditos (aliás, sem informação adequada, nunca haverá mobilização social), bem como entre os seus departamentos, sem esquecer as áreas de informação científica e técnica quer de apoio ao sector público produtivo, quer em relação ao relançamento enquadrado da iniciativa privada.

Recorda-se, apenas para memória, o trabalho que tem sido realizado quer pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica quer pelo extinto INII, como o apoio da OCDE, e como órgão coordenador o grupo de trabalho para a informação económica e social, que ainda aspira a ser institucionalizado ao nível central adequado. É, aliás, esse o sentido das recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Planificação das infra-estruturas nacionais em matéria de documentação, de bibliotecas e arquivos promovida pela UNESCO em 1974.

Nós, sociais-democratas, lamentamos que não se preveja que, relativamente a cada um dos sectores referidos, a Lei de Imprensa, a rever, e demais legislação viessem clarificar estatutos de acção em que:

Se reforçassem as características de liberdade de imprensa e de empresa no âmbito da iniciativa privada;

Se estimulasse, através de incentivos adequados, as empresas cooperativas;

Se identificassem os programas e instrumentos de informação a cargo dos órgãos, institutos e empresas públicas num quadro global de prestação de contas e informação da Administração Pública ao País. E o Partido Popular Democrático lamenta que não sejam lançadas as bases de um sistema nacional de informação científica e técnica orientado para o desenvolvimento.

Lamentamos também que não tenha assumido a responsabilidade de assegurar o pluralismo ideológico e demais valores constitucionais nos órgãos de comunicação social estatizados, com clara identificação dos custos económicos e sociais motivados pelo seu funcionamento.

Os sociais-democratas também lamentam a ausência do lançamento de medidas adequadas à eliminação do desemprego e subemprego, à clarificação e reabilitação da situação dos profissionais da comunicação social, pela publicação de um código de ética e do estudo de carreiras, prevendo-se acções de formação acelerada e especialização, desde já, nas seguintes áreas

em colaboração com as organizações sindicais adequadas:

Adidos de imprensa em Ministérios e seus departamentos, autarquias locais e embaixadas;

Adidos de imprensa e relações públicas em empresas públicas, cooperativas ou privadas;

Profissionais de órgãos de comunicação social: redactores, realizadores, etc.

Nós, o Partido Popular Democrático, proporíamos uma gestão integrada do parque de máquinas, equipamentos e edifícios pertencentes ao património público por via das nacionalizações directas ou indirectas, mas não enfeudaríamos em interesses partidários, bem como a constituição de uma ou mais empresas públicas para proceder à gestão e aluguer, que seriam lançadas, através do próprio sistema de *leasing*, de modo a critérios ponderados serem aplicados quanto a:

Cooperativas profissionais de comunicação social;

Empresas privadas de comunicação social;

Empresas públicas ou nacionalizadas de comunicação social;

Departamentos do Estado, autarquias locais, etc.

Nós, sociais-democratas, proporíamos a reclassificação profissional do pessoal da comunicação social ao serviço do Estado ou empresas dele dependentes e do demais pessoal desse sector, em colaboração com os respectivos sindicatos, atendendo à aplicação de medidas no sentido de:

Extinguir situações de pluriemprego;

Exigir o cumprimento de horários de trabalho normalizados;

Garantir o direito ao trabalho pela frequência de acções de formação, posterior classificação e integração em novas categorias profissionais.

E não deixaríamos a critérios partidários do Governo a definição da política de preços de utilização dos serviços de empresas públicas de distribuição, e transportes públicos de órgãos da imprensa escrita, e outro material, bem como dos correios, incentivando, por bonificações adequadas, a imprensa regional, sem quaisquer discriminações, e a destinada aos emigrantes.

Os sociais-democratas estariam dispostos a patrocinar a criação de novas empresas públicas no domínio da rádio, televisão e imprensa escrita (designadamente de âmbito regional), apenas para actividade de elaboração da informação, com independência empresarial em relação às unidades encarregadas da gestão do parque de máquinas, equipamentos e edifícios, como atrás propusemos.

E para salvaguarda do pluralismo, nós, os sociais-democratas, avançaríamos na abertura de concursos públicos entre empresas privadas e cooperativas para explorarem, em regime de contrato de concessão, devidamente tipificado, quer programas, quer títulos de diários e semanários, quer de equipamentos pertença do Estado, de empresas públicas ou nacionalizadas, de imprensa escrita, televisão ou rádio, e, neste último caso, proporíamos por concurso a instalação de emissoras de frequência modulada de curto raio de acção.

Também lamentamos a ausência de uma proposta de criação de um serviço a nível central responsável pela difusão da informação, pertinente em termos de cultura e língua portuguesa, junto dos países de língua portuguesa, promovendo igualmente o intercâmbio da imprensa escrita, com destaque para a especializada, de programas de rádio e televisão, o que aliás não pode competir à Anop.

Também o Programa é omisso sobre a reestruturação dos serviços afectos ao Secretário de Estado da Comunicação Social, não apenas para as ligações internacionais, mas no quadro global da reorganização da Administração Pública, a fim de poder levar por diante as medidas preconizadas, sem esquecer a conexão de certas actividades de cinema com a política de informação.

Nós, sociais-democratas, lamentamos ainda a ausência da fixação de prazos claros para:

Transferência para a dependência da Assembleia da República do Conselho de Imprensa, ainda a funcionar na dependência do Ministério da Comunicação Social;

Constituição dos conselhos de informação da televisão, rádio e imprensa;

Revogação da legislação sobre crimes praticados através da imprensa recentemente pública.

Apenas um reparo final: o Partido Popular Democrático reserva a sua opinião sobre o Instituto de Sondagens da Opinião Pública, pois acha-se ainda deficientemente caracterizado, e repugna-nos que em democracia, onde existem partidos políticos, eleições, e organismos livres de representação sócio-profissional, seja necessário o recurso a essa entidade para «captação da vontade colectiva», como se afirma na p. 25 do Programa do Governo. Sendo úteis as sondagens, há que distingui-las e não subalternizar outros processos de apuramento democrático da vontade colectiva.

Este Instituto, aliás, deveria ser considerado não em sede do capítulo de informação e comunicação social, mas sim em relação às matérias relativas à informação estatística, utilização de bancos de dados e informática.

Tenho dito.

Aplausos dos Deputados do PPD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente: Consentirá V. Ex.^a que eu comece por me referir à intervenção do colega que acabou de usar da palavra para lhe comunicar que lhe vou oferecer o manifesto eleitoral do meu partido para que ele possa fazer a conta sobre o número de páginas dos dois capítulos que em matéria de comunicação social nós tratamos.

Risos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A julgar pelas intervenções neste hemicílio dos membros do Governo candidato à investidura, fica-nos a impressão de que, em matéria de economia, o Programa do Governo também se inspirou na famosa peça teatral *A Espera de Godot* ...

Risos.

Pelos vistos, o povo português terá de aguardar, pelo menos durante alguns meses, até que o Governo lhe saiba dizer, com mais clareza, o que pretende e para onde quer ir.

Não estamos, pois, e ao que parece, a julgar o Programa do Governo. Estamos, sim, a examinar as linhas preliminares de um anteprojecto escrito em forma de ensaio de desenvolvimento constitucional. (*Risos.*) O Programa, esse virá para o Outono, quando, enfim, o Plano de 1977 estiver pronto. Oxalá não seja, então, o prenúncio do *Inverno do Nosso Descontentamento* — se o Sr. Deputado Acácio Barreiros me permite citar um autor norte-americano.

Risos.

É, portanto, no espírito de quem analisa um ensaio que o CDS comenta as linhas gerais daquilo que supunha ser um programa económico de governo.

Sr. Primeiro-Ministro: Falo para o seu espírito já que o seu corpo não se encontra presente. (*Risos.*) As intervenções dos ilustres membros da sua equipa governamental, que, perante nós, usaram da palavra sobre matérias económicas ou assuntos afins, confirmam a simples tese que acabo de expor.

Pois não ouvimos aqui afirmar ao Sr. Ministro da Justiça que o Programa do Governo devia conter apenas as medidas políticas e legislativas para a execução da Constituição? Não ouvimos nós proclamar, com indesmentível eloquência — verdade seja — que a Constituição era o «grande programa»?

Recurso-me, por respeito à inteligência de V. Ex.^a e dos meus colegas, a pensar que tais afirmações possam ser alguma coisa mais do que fórmulas parlamentares.

Que alguns Deputados as usem, ainda se pode admitir. Que elas sejam usadas por Ministros é que já nos parece perigosa tentação de mimetismo. Talvez o Sr. Ministro da Justiça tenha acabado por acreditar que, à força de se ver neste hemiciclo e com estes focos que lhe fazem tanta impressão (*risos.*), se podia também permitir o uso de trocadilhos parlamentares.

Como assim?! Então, se a Constituição é o «grande programa» não valia a pena que o Governo viesse aqui expor-nos os seus pontos de vista! Havia outras soluções mais expeditas: por exemplo, por que não encarregar a UDP de elaborar o Programa do Governo, já que esse partido, por ter votado, em tempo oportuno, o texto constitucional no seu conjunto, teria certamente uma leitura unívoca e, portanto, análoga à do PS sobre o seu conteúdo?

Se a Constituição é o «grande programa», porque estamos nós, uns após outros, desfiando discursos, quando o essencial já ocupou, longa e penosamente, a Assembleia Constituinte durante dez meses?

Não havia que perder tempo. Reaprovava-se a Constituição e, de chofre, garantia-se a investidura do Governo! Só que esta legislatura não detém poderes constituintes.

Risos.

Há, Sr. Primeiro-Ministro, em tudo isto um grave equívoco. Faz-lhe o CDS a justiça de afirmar que por esse equívoco não é V. Ex.^a directamente responsável. Pelo menos, não foi V. Ex.^a que o lançou nesta Sala. Mas importa esclarecer-l-o. A Constituição é, ao mesmo tempo, um quadro de referência, um limite, uma garantia. Mas não é um programa de governo.

Em particular, a nossa Constituição, por ter acentuadas marcas ideológicas, é, por natureza, um texto aberto a várias leituras. Já ouvimos dizer que a Constituição se identificava totalmente com o programa do Partido Popular Democrático. Já aqui escutámos que o Partido Socialista é o verdadeiro e mais genuíno intérprete da Constituição. E, enfim, já todos conhecemos o zelo que o Partido Comunista põe na sua cruzada de defesa da Constituição e a forma como procura fazer embarcar socialistas nessa nova modalidade das lutas unitárias.

Risos.

Como então?! Ou o PPD, o PS e o PCP não se distinguem entre si, ou, forçosamente, teremos de admitir que a Constituição, por si só, não pode preencher o conteúdo de um programa de governo.

Alguma coisa mais há-de conter, pois, esse programa para que o possamos distinguir quanto ao seu proponente — neste caso, um Governo minoritário socialista — e quanto aos seus objectivos fundamentais.

O quê, então?

Escutando o Ministro do Plano e da Coordenação Económica, fica-nos a ideia de que será mais tarde, porventura em dia próximo do 15 de Novembro, que o Governo nos dará a resposta que agora pedimos. Perante a reivindicação do CDS de que o Programa fosse também «uma lista de medidas possíveis» e não apenas «um rol de medidas desejáveis», aquele ilustre membro da equipa de V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, veio-nos dizer que a satisfação dessa exigência corresponderia a que «o Programa se apresentasse já sob a forma de plano».

E em que ficamos? O que é que estamos aqui afinal a fazer?

Eis porque diria ao Sr. Primeiro-Ministro que o CDS não pode deixar de exprimir-lhe a sua profunda perplexidade. Pelo nosso lado, não aceitamos a ideia de que o Programa do Governo se esgotasse no texto constitucional. E pelo lado do Governo de V. Ex.^a há certa incompreensão pelos nossos desejos de maior rigor e de mais apurada definição de objectivos, metas e medidas concretas.

Não nos resta, por isso, outra alternativa que não seja a de olhar para o Programa como aquilo que devia ser e não é. Por muito que isso custe ao Sr. Ministro do Plano, que também é suposto ser Ministro da Coordenação Económica, os Portugueses desejam saber que medidas concretas, objectivas e hierarquizadas vai o Governo adoptar desde o presente até ao termo do seu mandato, daqui a quatro anos. (*Risos.*) Não podemos esperar mais tempo. A resolução da crise económica não se compadece com demoras. A conjuntura mórbida da nossa economia tem de ser enfrentada, imediatamente, sem equívocos nem ambiguidades. É o povo português e sobretudo os mais desfavorecidos, quem no-lo exige; é a salvaguarda da democracia quem no-lo impõe, porque há um tempo para agir e há um tempo para planear.

Dirá o Governo que só teve dez dias para se preparar e que apenas cinco dias antes da apresentação do Programa tomou posse um inflacionado número de Secretários e Subsecretários de Estado. Mas não foi em Janeiro passado que o então Ministro das Finanças, e agora meu ilustre colega nesta Câmara como

presidente do Grupo Parlamentar do PS, lançou a tese de os socialistas governarem sozinhos?

Se, de Janeiro a finais de Julho, o PS não foi capaz de, estando no governo da economia, elaborar um Programa económico aceitável, que garantias teremos nós de que o conseguirá fazer daqui até Novembro?

Risos.

A verdade, Sr. Primeiro-Ministro, é que o CDS, sem estar no Governo, sem ter acesso directo aos *dossiers* dos Ministérios, sem dispor dos indicadores que um cronicamente deficiente sistema de estatística nos não fornece, a tempo e horas, elaborou e apresentou, em Abril passado, um plano económico bem mais concretizado e viável do que aquele que agora nos é proposto. Se V. Ex.^a não nos leva a mal, sugerimos ao Governo que o ponha em prática, enquanto os diferentes Ministérios se dedicam a organizar o projecto do Plano. (*Risos.*) A tarefa estaria, decerto, facilitada pelas coincidências que já existem entre o nosso programa e o Programa do Governo de V. Ex.^a E como V. Ex.^a se declarou aberto, no início deste debate, à incorporação no seu Programa de sugestões úteis, aquela com toda a franqueza e liberalidade, a oferta e a sugestão.

Risos.

Podem estar descansados a este propósito todos os ilustres colegas da Câmara e em especial do Partido Socialista. O programa económico do CDS é tão escrupulosamente respeitador dos limites fixados no texto constitucional quanto o pretende ser o Programa do Governo. Porque, ao contrário do que aqui já foi afirmado por um distinto Deputado do PS, ao tentar a recuperação do marxismo como bússola orientadora da acção do seu partido e do Governo do seu partido, o CDS não alterou o seu programa para se aproximar da Constituição. O CDS decidiu modificar o programa base do partido — que é o texto diferente daquele que apresentámos em Abril passado —, porque a sociedade portuguesa, essa sim, mudou desde a época em que ele foi elaborado até ao presente. A nossa declaração de princípios, baseada nos valores do personalismo cristão e da democracia social, continua actual. Mas as estruturas da sociedade portuguesa mudaram radicalmente. A Constituição reflecte, em grande medida, o volume das transformações irreversíveis entre nós operadas e a sociedade portuguesa é, no plano das estruturas económicas e sociais, muito diferente das restantes sociedades ocidentais — como ainda hoje muito bem observava o editorialista do insuspeito jornal *O Diário*. (*Risos.*) E permitimo-nos julgar que, no essencial, e se bem compreendemos o sentido das transformações ocorridas, o nosso sistema económico pode, em larga medida, ser caracterizado pelo menos, Srs. Deputados, como embrionário daquilo a que o PS chamará uma sociedade socialista.

Julgam, pois, mal aqueles que pretendem, de algum modo e ainda que formalmente, aproximar as nossas posições das do PCP, nas críticas ao programa económico do Governo. Para além do que isso tem de gravoso e delicado para o PC e para nós próprios. (*Risos.*) Ao contrário do que afirmou o meu ilustre colega membro do Partido de V. Ex.^a, o Deputado António Reis, o CDS não compartilha com o

PCP a tese de que o Programa apresentado pelo seu Governo é incapaz de assegurar a transição para o socialismo. A diferença, para nós, é clara. O PCP talvez reconheça que o projecto governamental não favorece — ou não favorece suficientemente — a transição para o socialismo por ele defendido, e que tem como meta, ao que julgamos, a chamada ditadura do proletariado.

O CDS, diferentemente, afirma que o problema que se põe é, justamente, o de se evitar que, na nossa economia, a um capitalismo privado dominante, cuja recuperação política não pretendemos (*risos de Deputados do PS*), venha a suceder um capitalismo de Estado, burocrático, ineficaz e igualmente desumano. Dizemos que a sociedade portuguesa tem, na confirmação que lhe é dada pela Constituição e na realidade dos factos, uma estrutura fundamentalmente pró-socialista. Disciplinar, optimizar e humanizar essa economia é o nosso objectivo. E esse objectivo é, desde já, e a partir de agora, uma importante tarefa política para o CDS. Por isso exigimos realismo político-económico ao Governo na exacta medida em que nos imponos a nós próprios o realismo político-doutrinário. Interessa-nos muito que a nossa sociedade não se afunde mais e não estamos dispostos a manter em aberto ou a embarcar num debate constitucional despropositado e inoportuno. Mas temos o direito de esperar que não seja o Governo, ao abrigo do alibi constitucional, ou do alibi do Plano, a esquecer aquilo que deve ao povo em termos de eficácia, de competência e de urgência na ação económico-social.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Eis, por conseguinte, Sr. Primeiro-Ministro, o espírito com que abordamos o Programa do seu Governo e, de modo particular, a concepção de política económica que lhe está subjacente.

Compreender-se-á que um partido humanista e personalista como o CDS afirme, neste quadro, que, ao contrário do que defende o Sr. Ministro do Plano, o problema fundamental com que nos defrontamos não é o das «raízes estruturais» mas sim o dos «recursos humanos». O problema não é tanto o de «um novo modelo de desenvolvimento» mas o de quem executa e gera esse modelo.

Esse é, hoje, em Portugal, o grande problema de uma política de reconstrução económica. Sem homens qualificados, sem técnicos competentes, sem gestores experientes como poderemos tirar partido social e económico das profundas transformações já sofridas pela sociedade portuguesa? Como poderemos garantir que a participação democrática de todos na definição do seu próprio destino — e tal é a concepção do plano que faz o Partido Socialista —, como poderemos garantir que essa participação possa ser, no plano das realizações concretas, algo mais do que uma frustração de quem participa e colabora sem ver os resultados do seu esforço reflectidos na ordem prática?

O Governo, na esteira da Constituição, concebe o Plano como o grande instrumento para a criação de uma nova sociedade. O Governo defende o planeamento e a reorganização da economia, a estabilização financeira indispensável à recuperação económica, a viabilização económica e financeira das empresas e com esses objectivos, expressos nesta terminologia

abstrata, nós estamos de acordo. Mas quem vai elaborar tecnicamente o Plano, quem vai operacionalizar a reorganização da economia, quem vai executar as orientações de uma política de estabilização financeira, quem vai gerir esse imenso, disperso, caótico e deficitário património que é o sector nacionalizado da economia?

Disse V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, no discurso introdutório a este debate, que alguns milhares de técnicos tinham deixado o País. É evidente que o seu eventual regresso a Portugal não permitiria, por si só, a superação das graves carências de quadros com que nos defrontamos, por culpa de uma política elitista de ensino superior seguida durante décadas em Portugal. Mas um esforço sério no sentido da sua recuperação para a reconstrução portuguesa seria, de certo, útil e urgente.

Desafiou-nos V. Ex.^a, há dias, a colaborar nessa tarefa. Aqui lhe diz hoje o CDS que está pronto a fazer parte de uma delegação organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros com o objectivo de inventariar e analisar as perspectivas de retorno ao nosso país de quadros técnicos que trabalham no estrangeiro.

Risos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Questão é que o Governo seja tão sensível a esta problemática como nós o somos — e, a julgar pelo Programa, não o é muito.

A esta debilidade essencial no capítulo dos meios humanos para planejar e reorganizar a economia associa-se a própria indefinição relativa do sentido e hierarquia dos objectivos.

Não é que o Programa do Governo — honra lhe seja feita — deixe de referir, com tão realismo, alguns dos principais problemas da nossa economia e que, em relação a eles, se exima de demonstrar preocupação.

O que falta, sim, é uma clara ordem de prioridades quanto ao que é antes e o que é depois, o que se sacrifica agora para ganhar mais tarde. O Governo decidiu fazer como que uma «sopa de pedra» da sua política económica (*risos*) — sem ofensa, a sopa de pedra tem boas tradições na literatura portuguesa —, procurando falar de tudo sem que fique claro o sabor, o tom, a intenção final dessa mesma política.

Pergunto: para o Governo o que é, agora, prioritário: o reequilíbrio da balança de pagamentos? A redução do volume do desemprego? A luta contra a inflação? O aumento do investimento e da produção? A redução do *deficit* orçamental? Quais são os grandes equilíbrios macroeconómicos que o Governo deseja prioritariamente assegurar? Ou pensa que é possível assegurá-los a todos ao mesmo tempo, da mesma forma, procurando fazer tudo simultaneamente, o que é, afinal, uma forma de não fazer nada bem feito? (*Risos.*) Onde está a política, clara e definida, para o ataque imediato à nossa conjuntura económica?

Poderíamos pensar que estas questões não têm resposta no Programa por descuido, por falta de tempo para organizar as opções em termos práticos e, se possível, quantificados. Mas depois de ouvirmos o Sr. Ministro do Plano e da Coordenação Económica encontrámos a resposta para as nossas dúvidas e perplexidades. É que só no Plano, daqui a alguns meses,

estes assuntos serão esclarecidos. O mesmo é dizer que o Sr. Ministro se propõe sê-lo do Plano, mas dá impressão que não o deseja ser tanto no capítulo da coordenação económica. O CDS sugere, por isso, ao Sr. Primeiro-Ministro, com toda a franqueza, e se permite a liberdade, que encarregue alguém do seu Gabinete de aprofundar e propor imediatamente uma estratégia de acção conjuntural sobre a economia.

Risos.

Esta filosofia do adiamento parece, aliás, ser a grande descoberta do Programa. Não criticamos, antes louvamos, a preocupação de se adiantarem datas para apresentação de projectos legislativos ou de adopção de medidas políticas. Mas fazemos notar que, desse modo, aspectos fundamentais da política económica não são decididos à partida, antes ficando entregue a sua concretização aos acordos partidários e ao fluir do tempo. Que essa fluidez não seja indeterminada, já é avanço; mas, na ignorância do sentido concreto a dar às medidas preconizadas, temos de concluir que o relançamento da economia será adiado. E a pergunta que interessa formular é esta: quem pagará, entretanto, a factura?

Para nós, CDS, três condições de base haveriam de ser definidas com rigor e sem ambiguidades, desde já: os fundamentos de uma política justa e realista de rendimentos, os caminhos da estabilização das relações de trabalho e a estratégia de mobilização social para o desenvolvimento. Nestes três domínios o Programa do Governo tem omissões e lacunas indesculpáveis. E, para mais, não os trata de forma interligada e global.

Sendo insuficiente o tratamento dado às condições de base para a viabilização da economia portuguesa e não estando definida, como referi, a hierarquia dos objectivos prioritários a alcançar, pergunta-se: como pensa, afinal, o Governo atacar o magno problema dos meios, recursos e suportes para o desenvolvimento?

E, Sr. Primeiro-Ministro — desculpar-me á V. Ex.^a a franqueza —, quando é essa a atitude, não espanta que, no reino da aparente facilidade se somem as incongruências.

Só assim podemos compreender que, abundando o Programa em alusões a *deficits* da mais diversa ordem — no orçamento, na balança de pagamentos, no sector nacionalizado da economia, nas contas da Previdência, etc —, e todos eles da ordem das dezenas de milhões de contos, nos tenha vindo aqui dizer o Sr. Ministro do Plano que «não é a escassez de recursos financeiros que constitui para nós o principal problema». Pois reconhece o Governo que o seu Programa é ambicioso e, portanto, caro; reconhece o Governo que é necessário recorrer abundantemente ao crédito externo; reconhece o Governo a existência de graves problemas de ordem monetária e cambial — e vem-nos dizer que a escassez de recursos financeiros não é o principal problema; e vem-nos dizer que o problema que se põe é o de gerir os recursos financeiros — acabamos por não saber bem quais.

Somos inevitavelmente forçados a pensar no que dizia um outro Ministro do sector económico no

Verão de 1975: «Temos dinheiro, o que não temos é projectos.»

Risos.

Será que amanhã o Governo nos dirá o mesmo, em pleno Verão de 1976, acrescentando, porém, algo de novo, mais ou menos nos seguintes termos: «Temos dinheiro, o que não temos é projectos nem capacidade de gestão? Será que a marcha da vida económica portuguesa é, inevitavelmente, a do somatório dos deficits e dos defeitos?

Pretende o Governo combater o desemprego recorrendo «aos investimentos produtivos que possam maximizar a criação de emprego». Estamos de acordo que é objectivo prioritário da nossa economia. Mas onde estão os recursos para o fazer? Será através da poupança forçada, com as consequências daí decorrentes para o agravamento da recessão de vários sectores, logo com possível aumento de desemprego? Será lançando mão ao crédito externo, como se insinua no Programa ao convidar as empresas a negociá-lo directamente com instituições bancárias estrangeiras? Que lugar será reservado à aplicação dos recursos privados, se o Programa privilegia o crédito às iniciativas públicas em detrimento das iniciativas privadas ou cooperativas, mesmo quando estas sejam socialmente mais úteis e tecnicamente mais fundadas?

Será permitido o investimento em projectos novos e esta é uma questão fundamental das indemnizações devidas por nacionalizações como forma mais imediata para desbloquear a paralisação de novos investimentos no sector privado? Como se fará e por que meios concretos a anunciada «dinamização do mercado de capitais para as obrigações»?

Todas estas questões, Sr. Primeiro-Ministro, pelo menos nós assim o entendemos, prendem-se com o problema dos recursos financeiros e da sua melhor mobilização.

Não entendemos bem porque pretende então o Governo menorizar, pelo menos em termos relativos, a sua importância!

Mas passamos a outra dimensão desta matéria: a do combate ao desemprego, primeiro problema económico-social da nossa sociedade.

Que postos de trabalho vão ser criados e a que ritmo? Quantos anos pensa o Governo que poderá levar a sua criação? Entende o Governo que o seu Programa cria oportunidades e incentivos para uma mais ampla colaboração da iniciativa privada na criação de emprego? Que nos diz sobre tudo isto o Programa?

Quanto à criação de novos postos de trabalho há, efectivamente, algumas indicações no Programa. Diz-se, por exemplo, que nos próximos cinco anos se aplicarão 90 milhões de contos na criação de 20 000 postos de trabalho permanentes, o que se traduz num dispêndio de 4500 contos por posto de trabalho. Convido-o, se me permite, Sr. Primeiro-Ministro, a fazer uma conta simples: qual investimento necessário para, nesta base, dar trabalho a 500 000 desempregados? A resposta é imediata: 2250 milhões de contos. Se admitirmos, a preços constantes de 1973, um investimento anual da ordem dos 70 milhões de contos na formação de capital fixo — o que será muito elevado —, levaríamos cerca de trinta e dois anos a dar

que fazer aos nossos desempregados. Muitos deles provavelmente entrariam directamente na reforma.

Risos.

Mas, dir-me-á V. Ex.^a, há dois sofismas neste raciocínio. O primeiro consistiria em pensar que todos os desempregados encontrarão trabalho no nosso país e que a emigração cessará. Ora a verdade, como muito honestamente V. Ex.^a confessou, é que o Governo pensa aumentar o ritmo da emigração. Mas, já agora, gostaríamos que um ilustre Deputado do PS que aqui há semanas dissertou largamente sobre as vantagens da sua economia socialista nos explicasse como é que ele encontra uma explicação teórica para este curioso fenómeno da política tão ortodoxamente constitucional do Governo de V. Ex.^a. Afinal a construção do socialismo defendida pelo meu colega implica a negação prática das suas consequências teóricas: isto é, o pleno emprego, para o socialismo português, não parece possível sem recurso à emigração.

Um segundo sofisma poder-me-ia também apontar V. Ex.^a. Na verdade, dispensar 90 milhões de contos, em cinco anos, para a criação de 20 000 postos de trabalho permanentes é apenas um exemplo bem localizado de uma política de capital intensivo. Não se trata, efectivamente, de fazer investimentos tão volumosos na criação de muitos outros milhares de postos de trabalho. Por isso, nem a verba total a dispender será tão grande — será, pelo contrário, muito menor —, nem o período necessário para se alcançar o pleno emprego, sobretudo se se concretizarem as intenções dinamizadoras da emigração, será tão longo — será, pelo contrário, muito mais curto.

Mas, já agora, e aceitando a validade do contra-argumento, gostaríamos que o Governo nos explicasse qual o montante realista de investimentos que pensa poderem vir a ser mobilizados anualmente, com alta incidência na redução do desemprego, e quais os projectos concretos em que esses investimentos serão utilizados. Quanto a este último ponto, Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer-lhe que não vale a pena a desculpa de que o Programa do Governo não é o Plano, pois aquele — o Plano — enumera variados projectos julgados estratégicos para o desenvolvimento. São projectos tradicionais, ainda por cima sem ponta de imaginação, que já vêm de há muitos anos. E esses projectos quantos postos de trabalho vão gerar? Não é possível ao Governo dizer-lhe? Se o Governo se compromete na sua execução, deveria saber dizer-nos alguma coisa sobre o modo como eles vão contribuir para a redução do desemprego e para a diminuição do deficit da balança de pagamentos. E não diz, Sr. Primeiro-Ministro.

Acabo de referir a balança de pagamentos. O Programa do Governo revela uma salutar intenção de não se aumentarem as nossas dependências do estrangeiro. Mas onde está a política concreta, global, concertada para o assegurar? Diz-se, por exemplo, que se reduzirão drasticamente as importações. Mas é possível reduzir drasticamente as importações? Em que domínios? Com que efeitos sobre o aumento do desemprego? Com que consequências sobre a imprescindível renovação do parque industrial? Curiosamente, ao mesmo tempo o Governo prevê a in-

trodução da televisão a cores. O CDS não tem nada contra essa importante modernização do nosso sistema televisivo. Mas pergunta: qual será o acréscimo de importações exigido pela introdução da televisão a cores? Ou pensou o Governo na possibilidade — que seria uma solução — de fabricação de televisores a cores em Portugal? O Programa não esclarece.

Por outro lado, muito apreciámos, Sr. Primeiro-Ministro, que o Governo nos informasse como pensa conciliar a sua política de não agravamento de dependências do exterior com o expediente de se recorrer intensamente ao crédito externo como forma de redução dos déficits da balança de pagamentos.

E que efeitos terá, não só no campo da exportação, como, mais geralmente, no de toda a actividade produtiva, o facto de o Governo não adiantar nenhuma pistas sobre aquilo que pensa apresentar, até 15 de Outubro, à Assembleia da República, em matéria de sectores interditos à actividade económica privada? Até lá, o sector privado ficará à espera?

Aqui, de novo, voltam a surgir dificuldades de fundo. O Programa prevê o patrocínio do Governo à reorganização e fusão de unidades empresariais. Daqui a quatro anos, se o Partido Socialista fosse Governo — o que é altamente controverso, porque não ganhará de novo as eleições (*risos*) —, que faria das empresas de maior dimensão resultantes dessas, hoje necessárias, fusões e reorganizações? Nacionalizava-as? O programa a longo prazo do PS em que difere, quanto às estruturas da economia, do seu programa a curto prazo? Será preocupação do Governo «engordar» — se me permitem a expressão, que me fica, aliás, muito bem (*risos*) — hoje o sector privado, para amanhã, se puder, absorvê-lo no sector público? A pergunta não é infundada. Reparei, na verdade, que certa passagem da Constituição é subtilmente traduzida pelo Governo. É a que diz respeito aos meios de produção. O texto constitucional fala de colectivização. O Governo fala de socialização. Para o PS a colectivização não impõe, necessariamente, nacionalização? Seria importante que o Governo esclarecesse este ponto, para que, de facto, a economia portuguesa perdesse a ambiguidade em que se encontra.

E devo confessar-lhe, com toda a franqueza, Sr. Primeiro-Ministro, a nossa profunda convicção: ou o seu Governo e o seu partido se põem de acordo sobre a caracterização da nossa sociedade e aceitam que os passos mais difíceis e fundamentais do vosso socialismo estão já dados, ou, de outro modo, não vejo como será possível proceder àquilo a que formalmente, ainda que com boa intenção, o Governo chama, no seu Programa, a dinamização do sector privado. Tal como as coisas estão definidas, não vemos como se poderá proceder a essa dinamização. E sem ela — nisso estaremos porventura de acordo — o desemprego aumentará, as finanças públicas irão para o fundo, a inflação será descontrolada, os géneros escassearão, a integração na Europa será impossível, a bancarrota nacional será um facto. Não se fazem omelias sem ovos.

A este propósito são igualmente relevantes alguns aspectos da política orçamental do Governo. Estamos de acordo que se estabeleça um clima de séria austerdade nas despesas de consumo público, embora tenhamos dificuldade em entender o súbito interesse do Governo em não se ultrapassar significativamente

o deficit orçamental. Se há, no entender de V. Ex.^a, um empréstimo que foi negociado em condições difíceis pelas autoridades portuguesas e que por isso mesmo merece o nome de «empréstimo Zenha», a verdade é que o deficit orçamental de 40 milhões de contos também merece o nome de «deficit Zenha».

Risos.

Não vou dar sugestões — não é essa a nossa função neste momento — sobre o modo como o deficit orçamental podia ser reduzido. Mas gostaria de chamar a atenção de V. Ex.^a para o facto de o consumo público depender, em alto grau, a manutenção de largos milhares de postos de trabalho no nosso país. O Governo pensa reduzir a aquisição de equipamentos. O CDS pensa que se devia promover a aquisição de equipamentos. O Governo pensa criar inúmeros institutos, comissões e direcções-gerais. O CDS pensa que, em fase de reorganização administrativa global, essa é a pior forma de proceder, até do ponto de vista das implicações orçamentais.

O Governo propõe-se reduzir o deficit orçamental e admite — e bem o admite — o aumento dos vencimentos do funcionalismo público. Mas como pensa o Governo obter receitas, se não encara «senão cautelosa e selectivamente» novos agravamentos fiscais, à exceção do último e sub-reptício aumento de impostos? Aumento que, diga-se entre parêntesis, foi divulgado nos jornais quando o Programa do Governo já tinha sido aqui apresentado.

A carga fiscal, estamos nisso de acordo, já é pesada, ainda que a sua repartição seja profundamente injusta e não se veja como poderá deixar de o ser a curto prazo.

Queremos, no entanto, chamar a atenção para as dificuldades com que o Governo se pode vir a defrontar neste domínio se atrasar muito a adaptação do sistema fiscal àquilo que a Constituição sobre tal matéria dispõe.

Por outro lado, e na linha de uma grave lacuna da própria Constituição, o Governo esquece o papel do imposto na produção da riqueza. Paradoxalmente, esquece também o carácter distributivo dos impostos, em que, aí sim, a Constituição muito insiste. E bastará referir a injustiça do regime fiscal aplicável aos pequenos agricultores da terra, em termos, designadamente, de contribuição predial, para nos apercebermos do alcance desta omissão.

Aliás, as debilidades da política fiscal do Governo são acompanhadas pela evidente fraqueza da sua bem intencionada política de preços e rendimentos. O Governo deixou-se tentar, em excesso, pela necessidade de austeridade, enquanto o centro nevrálgico dos nossos problemas reside no binómio confiança-regras de jogo e decide-se, basicamente, no estatuto da empresa. Estatuto que, aliás, o Governo não consegue definir com clareza, pelo menos quanto à sua intenção.

Neste quadro, interessa saber se o Governo pensa conter a inflação à custa dos déficits empresariais e, para que isso não reverta em maior desemprego, se pensa manter assim o método do financiamento de salários de quem, por que não quer ou não pode, pouco trabalha ou pouco produz.

Porque é urgente substituir a prática de financiamento de salários por uma prática de financiamento à produção, geradora de valores activos para o País.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Aqui, como nas restantes matérias, o Programa do Governo segue uma orientação que nós caracterizariamos como essencialmente contracionista. O CDS está em profundo desacordo com essa orientação. O CDS pensa que Portugal necessita de uma política económica fundamentalmente expansivista. Só assim os trabalhadores e o povo em geral poderão ter a esperança de ver garantidos os seus direitos, o aumento da riqueza, a possibilidade de uma verdadeira justiça social. O CDS espera que daqui a quatro anos, quando vencer as eleições (*risos*), não seja demasiado tarde para assegurar aos trabalhadores e, em geral, ao povo português aquilo a que eles têm direito e que Portugal merece.

Sr. Primeiro-Ministro: Compreenderá V. Ex.^a e compreenderá o seu Governo o tom porventura mais vigoroso e particularmente crítico que emprestei a estas considerações. Não se veja nelas qualquer sentido destrutivo ou intenções de obstrução. Não é esse, em circunstância alguma, e, sobretudo, nos tempos presentes, o propósito do CDS.

Mas foi V. Ex.^a um dos que disseram que é tão necessário ao País o Governo como a oposição. Pois bem. Aqui nos tem: oposição que não deseja ser mole, porque se amolecer contribuirá para que o Governo também amoleça.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Oposição que não deseja ser cómoda, porque, se se acomodar, abrirá caminho para que o Governo se instale na facilidade.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Oposição que não deseja ser míope, porque a sua miopia, que também se pode traduzir por subserviência ou roupagem tecnocrática, só contribuiria para que o Governo, ele também, se deixasse iludir pelas aparências; oposição que, opondo-se à ideia de um Governo minoritário, não deseja forçar a porta de entrada nesse Governo através da mendicância política, porque sabe que esse estilo só serviria, afinal, para enfraquecer o próprio Governo no momento em que dele se passasse a fazer parte.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Eis, Sr. Primeiro-Ministro, a razão do tom que, em nome do Grupo Parlamentar do CDS, empreguei nestas considerações.

Mas não seria correcto que encerrasse assim esta intervenção.

Sinto-me, na verdade, obrigado a esclarecer aquilo que julgo ser evidente e bem conhecido por V. Ex.^a É que, do mesmo modo que nos perfilamos como oposição viva e actuante, não podemos deixar na penumbra algo de muito importante que nos une ao Governo. É que seremos, acima de tudo, oposição leal, democrática e patriótica ao Governo de V. Ex.^a Ter-nos-á ao seu lado, na luta contra o golpismo,

venha ele da esquerda ou da direita (*risos*). Ter-nos-á a seu lado se alguém tentar, da rua, subverter o espírito e as instituições da democracia representativa; ter-nos-á a seu lado sempre que alguém deseje ou tente pôr em causa as liberdades do nosso povo; ter-nos-á a seu lado no que de positivo fizer para bem dos mais desfavorecidos e dos oprimidos, da família e do pluralismo; ter-nos-á a seu lado na defesa da independência do Estado; ter-nos-á a seu lado na preservação e enriquecimento dos valores mais genuínos da nossa gente.

Se, encerrado este debate, o Governo de V. Ex.^a tiver recebido a investidura, poderá contar, das bancadas do CDS, com este estilo de oposição democrática e civilizada. Uma oposição que jamais recuará ao dizer, como diz hoje: Sr. Primeiro-Ministro, o programa económico do Governo de V. Ex.^a não é o que o País necessita, não é o que Portugal espera, não é o que melhor serve os interesses das famílias e dos trabalhadores portugueses. Esperemos que a prática do Governo — se ele obtiver a investidura — se encarregue de superar as debilidades do Programa que agora nos foi apresentado.

Tenho dito. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados do CDS.

O Sr. Presidente: — A intervenção demorou 37 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Constâncio.

Neste momento tomou a presidência o Vice-Presidente, Sr. Deputado António Arnaut.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Srs. Deputados: O debate que tem vindo a ocupar esta Assembleia sobre o Programa do 1.º Governo Constitucional formado após a Revolução de Abril constitui, sem dúvida, um momento transcendente da nossa vida política. Perante o País inteiro, que interessadamente nos escuta, têm vindo os diferentes grupos parlamentares a exprimir sucessivamente as suas opiniões sobre o programa apresentado pelo Governo do Partido Socialista. Registe-se que, salvo uma exceção e várias críticas porventura mais duras, o debate até agora travado não tem apresentado uma contestação total e sistemática do Programa que foi apresentado a esta Assembleia, o que significa, por certo, o reconhecimento de que ele contém um certo equilíbrio de soluções que transcende o estrito âmbito partidário. Outra coisa não seria de esperar do Programa de um Governo formado pelo Partido Socialista, que sempre soube reconhecer o papel das outras forças políticas na construção da democracia.

Apenas, como é natural, o Grupo Parlamentar do PS, a que tenho a honra de pertencer, apoiou a totalidade do Programa do Governo e fê-lo por considerar que as soluções propostas são as que melhor se adequam à grave situação de crise que o País atravessa, ao mesmo tempo que melhor servem, de forma dinâmica, a edificação do projecto colectivo contido na Constituição. Sendo isto verdade para a generalidade do Programa, também o é no que toca ao tratamento sobre os problemas económicos, onde, a par da vontade de aprofundar as transformações sociais que a Constituição exige, se manifesta a compreensão realista das questões económicas concretas com que nos defrontamos e que, pela sua gravidade e premência,

tornam o período que atravessamos numa fase de estabilização e consolidação das alterações revolucionárias ocorridas.

O capítulo do Programa intitulado «Planejar e reorganizar a economia» define com clareza, na nossa perspectiva de socialistas, as características fundamentais do modelo económico que se deseja concretizar e que se enquadra no objectivo definido no artigo 2.º da Constituição de «assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras».

O primeiro aspecto a reter desse modelo diz respeito à relevância conferida ao Plano como instrumento criador de uma nova racionalidade económica: a que se orienta para a satisfação das necessidades sociais democraticamente definidas.

O planeamento democrático, participado e regionalmente descentralizado, permite operar a passagem de certas funções sociais para centros conscientes de decisão, método de organização social que é para nós, socialistas, fundamental, pois que medimos o progresso humano pelo papel cada vez maior dos homens na determinação do seu próprio destino.

Assegurada que está a irreversível ruptura com o capitalismo monopolista, é agora possível romper também com a sua lógica de funcionamento, que subordina a aplicação dos recursos económicos às forças de um mercado em boa parte controlado pelas grandes empresas. Não se nega, de resto, o papel que o mercado tem de continuar a desempenhar na orientação de múltiplas decisões microeconómicas das unidades produtivas descentralizadas, por forma a garantir maior eficiência na disseminação da informação e na adaptação a uma procura cada vez mais diversificada. Porém, a orientação do desenvolvimento, determinada pelas grandes escolhas de investimento que condicionam a evolução da estrutura do aparelho produtivo, tem de ser tomada pelo Plano, criando-se assim as bases de um novo cálculo económico, fundado na utilidade social, e não no cálculo mercantil puro, movido pelo lucro.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — A crise contemporânea das sociedades onde predomina este último critério permite mesmo levantar dúvidas sobre a sua viabilidade a prazo.

Pelos desperdícios gerados na produção, em boa parte fundada num processo de criação de consumos artificiais e de destruição permanente de recursos para assegurar uma rápida reprodução do capital;

Pela incapacidade de antecipar o futuro e de promover os investimentos determinados por actividades que só a longo prazo são rentáveis ou só o são em termos sociais e não privados;

Pelas tensões geradas por uma divisão do trabalho excessivamente hierarquizada e parcelarizada, pela urbanização desumana, pelas desigualdades agravadas, etc.

Definir um novo modelo de crescimento, orientado pelas necessidades sociais e mais virado aos consumos colectivos e à plena utilização dos recursos, será assim uma das funções do Plano, tal como aparece concebido

no programa do Governo. Obra certamente exigente e difícil num país a braços com profundos desequilíbrios estruturais e uma séria crise conjuntural e que implicará certamente a realização urgente de diferentes tarefas, nomeadamente:

1) A montagem de um sistema de informação e participação que permita partir da identificação das necessidades sociais para a aplicação dos recursos;

2) A definição e criação dos diferentes órgãos de elaboração do Plano e dos termos da participação das regiões, dos trabalhadores e empresários, não só nessa elaboração como também no controlo da execução;

3) A definição de estratégia geral de desenvolvimento que passa por esta questão central: em que termos compatibilizar o grau de abertura ao exterior de uma economia de pequena dimensão como a nossa, com a determinação de prosseguir de forma voluntarista uma política socialmente orientada, em particular para objectivos de emprego. Isto implica a definição clara das prioridades sectoriais e da política de investimento, onde haverá que atribuir preferência à obtenção do grau máximo de auto-suficiência possível em matéria de bens alimentares, da agricultura e da pesca e de bens de consumo de massa que possam ser produzidos internamente com um mínimo de eficiência económica;

4) A articulação rigorosa do uso dos principais instrumentos, fiscalidade, política de crédito e de preços, com as prioridades do Plano por forma a enquadrar nele o sector privado. Em particular, promover a articulação da actividade das empresas públicas com o Plano, definindo o papel das comissões de trabalhadores nessa tarefa e, para além dos comandos directos, criando um sistema de contratos-programa que salvaguarde a necessária autonomia de gestão corrente das empresas públicas;

5) Lançamento do planeamento sócio-económico a longo prazo de que nenhuma sociedade moderna deve hoje prescindir como grande quadro prospectivo onde se equacionam as grandes escolhas de civilização, sendo certo que só o planeamento a médio prazo, inserido naquele quadro, é susceptível da concretização e da quantificação suficientes para uma execução eficaz. Foi, de resto, com alguma surpresa que ouvimos durante este debate um Sr. Deputado apontar o Plano a longo prazo de pouco democrático, quando é certo que a Constituição o prevê no seu artigo 93.º

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Um Plano desta natureza, com um horizonte até 1990, que não pode considerar-se excessivo, é, pois, necessário, e será, de resto, aprovado por esta Assembleia, bem como os planos de médio prazo subsequentes que verdadeiramente concretizarão projectos e políticas.

Um segundo aspecto do modelo económico contido no Programa do Governo reside na importância que confere ao sector público empresarial e ao sector cooperativo, como bases de um sector socializado onde se possam criar relações de produção que tornem mais humanas as condições de trabalho e de gestão das unidades produtivas. Este é um aspecto central do socialismo que pretendemos, que para além de combater a miséria e a desigualdade luta também contra a alienação, procurando reconciliar o homem consigo

mesmo e com o seu trabalho, operando a sua verdadeira emancipação.

O problema põe-se em todas as sociedades industriais modernas, e não basta mudar as relações de propriedade, que sabemos hoje serem apenas um aspecto de relações de produção, para que se alterem as relações de comando e as condições de trabalho nas empresas, como o demonstram as experiências dos países que actualmente se reclamam do socialismo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Também não são condições materiais ou as experiências modernas de gestão participada que compensam os trabalhadores das duras condições de trabalho e da submissão ao tipo de autoridade e de hierarquia, típico das empresas capitalistas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Pensamos que a procura de uma organização humana de trabalho e da gestão nas unidades produtivas se deve aprofundar fundamentalmente no sector socializado da economia. Isto para além, evidentemente, do direito ao *contrôle* de gestão previsto na Constituição ao garantir a intervenção democrática dos trabalhadores na vida das empresas privadas, o que virá alterar alguma coisa ao tipo de relações internas nelas prevalecente. Coexistem e coexistirão entre nós esses sectores de propriedade. Uma dimensão da fase que atravessamos consiste, precisamente, nesta coexistência entre dois modelos de funcionamento que terão de dar as suas provas quanto à eficiência económica que alcancem, quanto ao modo de distribuir o produto criado, quanto às formas de organização do trabalho e de tomada de decisão. É neste sentido que se deve falar de coexistência concorrencial, de evolução entre dois modelos, e não de concorrência económica ou comercial como alguns Srs. Deputados quiseram interpretar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A consolidação e a eventual futura predominância do sector de propriedade social para que explicitamente aponta o artigo 90.º da Constituição dependerá, por certo, numa evolução que pretendemos determinada pelo livre jogo democrático, das provas que o sector socializado da economia conseguir dar. O Partido Socialista faz aqui uma das suas apostas estratégicas, e é esse objectivo político que leva, seguramente, entre outras razões, o Programa do Governo a insistir na necessidade de viabilizar económica e financeiramente as empresas do sector público, cuja capacidade de acumulação será fundamental para o futuro. Deste objectivo político há que dar consciência aos trabalhadores para que ultrapassem uma atitude por vezes meramente economicista de curto prazo e assumam a gestão dos seus interesses colectivos de fundo.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Houve quem quisesse ver na afirmação daquela coexistência e no objectivo da predominância do sector socializado apontado na Constituição

uma ambiguidade ou um segundo sentido no Programa do Partido Socialista. Em particular, os Deputados do CDS procuram aí fundamentar a existência de uma indeterminação ou de uma contradição entre o curto e o longo prazos nesse Programa.

Torna-se assim necessário explicar que não há qualquer ambiguidade no Programa do Governo.

O Programa do Governo dirige-se aos próximos quatro anos e não ao longo prazo. Não tem de se ocupar do longo prazo. O Programa diz muito claramente que durante a vigência do Governo não haverá nova extensão programada do sector nacionalizado, não se aplicará um novo plano de nacionalizações, aliás, no respeito absoluto do que se enunciava no programa eleitoral do PS.

Também se dão no Programa as garantias adequadas de que o Governo respeitará e apoiará a iniciativa privada no campo que lhe é próprio e onde terá sempre, a meu ver, um papel indispensável a desempenhar na produção e distribuição de bens de consumo, dirigidos à satisfação de uma procura extramamente diversificada por milhares de produtos que nenhum planeamento pode prever e programar com a eficiência desejável.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — Se no futuro o PS vier a entender de forma diferente, di-lo-á previamente em futuras eleições e o eleitorado escolherá e verá se aceita ou não.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O PS não alimenta, assim, «sonhos mexicanos» e quer que a evolução da sociedade portuguesa se faça de acordo com a vontade popular expressa pelo sufrágio universal. A única indeterminação será, deste modo, apenas a que resulta do próprio funcionamento livre do jogo democrático, em que todos concorrem, e só os que pretendem impor para todo o sempre um mesmo modelo podem temer os resultados desse jogo. Nós não tememos e já provámos que o saberemos sempre respeitar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Para além das exaltantes tarefas de transformação social apontadas há, todavia, que pensar nos sérios e concretos problemas económicos e financeiros que o País defronta e sem a solução dos quais se porá em perigo a própria Revolução e as suas conquistas.

O Programa de Governo procura dar resposta a estes problemas e apresenta para eles soluções concretas.

A equação é difícil de resolver, visto que estamos perante problemas que exigem medidas parcialmente conflituosas, uma vez que procuram servir objectivos que são parcialmente contraditórios. São bem conhecidas as contradições entre uma política expansionista de combate ao desemprego e uma política restritiva de *contrôle* da inflação; entre uma política deflacionista de reequilíbrio da balança de pagamentos e uma política de relançamento com vista ao pleno emprego; entre uma política redistributiva de expansão dos consumos e uma política de *contrôle* de desequilíbrios nos

pagamentos externos e nos preços. A contradição poderá ser maior ou menor consoante a situação económica, mas o que é facto é que de momento defrontamos todos estes problemas e em elevado grau. Surpreende, assim, que alguns Srs. Deputados só agora pareçam ter descoberto isto e se entretenham a apontar pretensas contradições entre medidas apontadas em diferentes capítulos do Programa — para afinal caírem também eles nessas mesmas contradições.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Pois não é verdade que, por exemplo, o Dr. Freitas do Amaral verberou o crescimento excessivo do nosso endividamento externo, para logo de seguida verberar também a política de severas restrições à importação por ser geradora de desemprego? Ou que o Dr. Álvaro Cunhal defendeu uma rápida absorção do desequilíbrio externo e o fim dos empréstimos, o que implicaria uma brutal deflação na economia, e isso ao mesmo tempo que defendia a intocabilidade da progressão do nível de vida dos trabalhadores, isto é, da maioria da população? Para não falar já nas contradições hoje aqui manifestadas na intervenção do Deputado Ângelo Correia que apontava, criticando, o que se refere no Programa sobre a expansão da massa monetária, de acordo com a evolução do produto nacional a preços correntes, necessariamente.

Ou apontava como crítica a não existência de uma política de isenções generalizadas de direitos alfandegários, de resto possibilitada por legislação que já existe? Ou apontava como crítica aquilo que, segundo ele, seria a política do Governo de uma estratégia sobretudo visando substituir importações? Essas críticas são incompatíveis, por exemplo, com a preocupação que neste momento devemos ter com o equilíbrio da balança de pagamentos.

E não é portanto correcto fazer propostas no sentido que foi apontado sem ao mesmo tempo dizer como se resolveria então o problema no nosso desequilíbrio externo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E não é certo também que mesmo agora o Deputado Amaro da Costa falava, como aspecto central da política económica do CDS, numa política expansionista sem restrições, sem nos dizer onde estariam os recursos financeiros para a prosseguir?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A verdade é que nem tudo é possível ao mesmo tempo e no elevado grau que se desejaría. Estamos de acordo em que é preciso estabelecer prioridades, hierarquizar objectivos, com a certeza de que as escolhas não podem ser exclusivas e que há que definir um compromisso viável entre os vários objectivos e prosseguir uma política selectiva e desagregada que melhora os compatibilize. Ao contrário do que se possa pensar, não há que escolher um dos termos do dilema e não há, por exemplo, como foi aqui afirmado, que escolher em absoluto entre uma política de controlo monetário e de libertação controlada da inflação pelos custos, como se procurará demonstrar.

A verdade é que o Programa define prioridades dentro de um modelo coerente e global de ataque à crise conjuntural que atravessamos, ainda que talvez não se apresente com a sistematização académica que alguns parecem preferir.

A curto prazo, a primeira preocupação vai para o desequilíbrio externo, como é manifesto, pelo cuidado e desenvolvimento que se verifica no tratamento dado ao problema.

A variável externa, sobretudo quando atinge o nível de desequilíbrio que actualmente se regista, é sempre a condicionante principal de uma estratégia económica, e não cuidar dela seria pôr em risco a viabilidade de toda a economia ou criar para o futuro um estrangulamento absoluto.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Trata-se, além do mais, de um vector essencial de uma política de independência nacional.

A prioridade de fundo, várias vezes explicitada no Programa do Governo, é o combate ao desemprego e à depressão económica, o que é normal num Governo que sobrevaloriza objectivos de justiça social.

Para não prejudicar a expansão económica, a inflação, que se pretende controlada dentro de uma taxa tolerável, recebe deste modo uma prioridade menor, mas não deixa de se enunciar medidas compensadoras que procuram proteger os mais desfavorecidos, a quem a inflação mais pode afectar.

A sublinhar o facto, já referido, de que as prioridades não são absolutas encontra-se a circunstância de a resolução dos nossos problemas não poder alcançar-se através de políticas de tipo global: por exemplo, uma política monetária e orçamental restritiva ou uma política de expansão do investimento, qualquer que seja a sua composição. O compromisso viável na realização dos vários objectivos há-de conseguir-se pela aplicação de políticas adequadamente selectivas que melhor sirvam um determinado fim sem comprometer de forma significativa os restantes.

Isto não obsta a que exista um sentido global da política económica, que poderíamos sinteticamente caracterizar como sendo o de uma política de austerdade para a expansão. O restabelecimento do equilíbrio global da economia passa, com efeito, por uma reorientação da aplicação dos recursos do consumo e das importações para as exportações e para o investimento, onde se há-de basear o crescimento do produto, e é esta reorientação que implica que as políticas tenham de ser selectivas. A austerdade nos consumos destina-se fundamentalmente a combater o deficit da balança de pagamentos e a promover a poupança para intensificar o investimento. A intensificação do investimento sem poupança adequada seria geradora de mais inflação, visto que o investimento distribui imediatamente liquidez e apenas promete um produto — a produzir no futuro.

A chamada política de austerdade não se destina, assim, primordialmente, a combater a inflação, e também não é esse o sentido, por exemplo, da restrição global da criação monetária indicada no Programa, que antes se dirige a combater o esgotamento das reservas, e por isso a restrição será conseguida por um enquadramento selectivo do crédito, que o restrinja para o financiamento de importações e certos

consumos, sem afectar o indispensável financiamento do investimento produtivo que se ajuste às necessidades presentes da economia ou ao financiamento das exportações, cujos esquemas foram recentemente melhorados de forma adequada e significativa, pelo que faz pouco sentido sugerir, como aqui foi feito, que este problema deveria merecer maior desenvolvimento no Programa do Governo.

Outro objectivo fundamental de política monetária é promover o aumento da poupança através de estímulos adequados e da dinamização do mercado de capitais. Neste domínio, como noutras, é bom não esquecer que o VI Governo tomou várias providências que se consideram adequadas e que há agora apenas que tornar mais operacionais: é o que se refere, por exemplo, à promoção de poupanças dos emigrantes através dos esquemas de depósitos em moeda estrangeira e de crédito especial para habitação própria.

Deste modo também não se entende bem a referência, feita no debate, à necessidade de adoptar novas medidas com o fim de estimular a contribuição dos emigrantes para a recuperação económica. Quais medidas?

Durante estes últimos meses restabeleceu-se também a confiança no sistema bancário, como o demonstra o aumento dos depósitos, e não deixará o Governo de tomar outras medidas que se afigurem necessárias para fortalecer essa confiança, recusando ao mesmo tempo que qualquer política, como, por exemplo, a adopção eventual de um esquema de poupança forçada, viesse a afectar as poupanças já voluntariamente acumuladas pelos cidadãos em depósitos bancários. Trata-se de medida que, se vier eventualmente a ser tomada, terá de recair, como é normal, sobre rendimentos correntes, salariais e outros, que os particulares tiverem a receber.

Finalmente, assinala-se neste contexto da política monetária e de promoção de poupança a estranheza perante a sugestão feita durante este debate por Deputados do PPD da necessidade de uma política de abaixamento de taxas de juro, o que seria contraditório na actual situação inflacionária da economia e perante a necessidade de aumentar a taxa de poupança nacional, que em 1975 se situou apenas em 4% do produto nacional. Este aumento da poupança destina-se, como se referiu, a intensificar o investimento, e a política de selecção de investimentos constitui uma peça decisiva na realização do compromisso viável entre os vários objectivos em presença. A pp. 75 e 76 do Programa se referem os critérios gerais a que o Governo pensa subordinar a sua política de investimento:

Criação de empregos.

Redução de importações e incremento de exportações.

Produção de bens ou serviços essenciais destinados a satisfazer necessidades reais de consumo interno em relação aos quais se verifica que carência de oferta interna ou dependência do exterior.

É na medida em que aplicar de forma firme e coerente estes critérios na elaboração de novos projectos e na selecção dos existentes, e na medida em

que com base nesses critérios definir a selectividade das políticas monetárias, fiscal, orçamental e de preços, que o Governo poderá atacar simultaneamente os vários objectivos referidos.

O desemprego só poderá ser eficazmente combatido através de uma política de investimentos adequados: em habitação e obras públicas, na agricultura e nas pescas, nas indústrias mais criadoras de empregos. Nestes últimos sectores escasseiam os projectos, e será uma das tarefas do Governo promover o seu aparecimento.

Se a esse tipo de projectos se juntarem alguns outros orientados à exportação — e estão aqui em causa alguns dos grandes projectos em sectores básicos citados no Programa —, estarão a criar-se assim as condições a médio prazo para um menor desequilíbrio da balança de pagamentos, que, entretanto, terá sido atenuado pelas medidas mais conjunturais de *contrôle*, que detalhadamente vêm expostas no Programa.

Finalmente, a expansão de oferta de produtos essenciais ao consumo interno permitirá atenuar as tensões inflacionistas na economia e contribuir, a prazo, para a sua eliminação.

Este problema da inflação merece, porém, uma anotação adicional.

Desde o 25 de Abril o ritmo de inflação atenuou-se, apesar do aumento dos preços de importação, e a isso não é certamente estranho o desaparecimento do clima especulativo em que se vivia e a eliminação do grande capitalismo monopolista, que conduz sempre a um modo de crescimento intrinsecamente inflacionista.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Também constitui factor explicativo, para além da própria depressão, a política de *contrôle* de preços, que foi prosseguida com alguns excessos burocráticos e que reprimiu artificialmente alguns preços. Excessos que é inevitável corrigir, se não se quiser travar a expansão das produções afectadas e do investimento. Estarão em causa, sobretudo, os preços industriais e alguns preços agrícolas, pois não é possível pretender, sem demagogia, melhorar a sorte dos camponeses sem sacrificar um pouco as populações urbanas que lhes consomem os produtos.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — A política sobre a inflação exposta no Programa do Governo, para além de beneficiar dos efeitos de algumas medidas restritivas mais dirigidas à balança de pagamentos, manterá a política de *contrôle* directo dos preços, além de uma política de rendimentos, e isso de forma mais simplificada, visando assim uma inflação controlada a taxas toleráveis. Não se pretende uma política de libertação imediata e total dos preços. Continuará a existir uma política de *contrôle* directo dos preços, tal como detalhadamente vem explicado no Programa, e não se compreendem as críticas que a este propósito foram aqui formuladas, sobretudo por aqueles que usualmente mais se preocupam com a rentabilidade e os lucros das empresas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não se pretende combater a inflação com uma política monetária globalmente restritiva, sem distinção, pois se sabe, além do mais pela experiência de inúmeros países da América Latina, que essa política não é eficiente.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Menos ainda se procura combater a inflação com o aumento do desemprego, conforme aqui se insinuou.

Mas também se reconhece que, na actual situação económica, se corre o risco de factores sócio-políticos agravarem a espiral inflacionista, num processo de luta social de fuga para a frente, a que só a política proposta pelo Governo, de planeamento concertado da evolução de salários e preços, pode pôr cobro. Existem ainda no Programa muitas medidas destinadas a proteger o poder de compra essencial das pessoas de menores recursos e considera-se que só em caso de maior descontrole dos preços seria necessário pensar então em outras medidas, mais automáticas, de correcção monetária de certos rendimentos.

Existe, como se vê, por estes comentários necessariamente incompletos, uma lógica geral na política delineada pelo Governo tal como eu a interpreto, embora caiba ao Governo, evidentemente, fazer a interpretação autêntica. Não vejo, assim, fundamento nalgumas das críticas que aqui foram produzidas. Diz o Dr. Freitas do Amaral, secamente, que esta política não resolve a crise. Teria sido bom, para que lhe pudessemos responder, que tivesse explicado porquê, o que implicaria, de resto, dizer como a resolveria...

O uso de argumentos de autoridade é próprio de velhas sebentas e não são os malabarismos verbais do Deputado Amaro da Costa que compensam essa argumentação...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... Quando se pretende fazer desaparecer, como por golpe de mágica, o próprio Programa de 260 páginas e se diz que ele não existe, e que o Programa do Governo é apenas a Constituição. Era bom que se usasse neste debate de maior objectividade. E penso que o povo português, perante os vários problemas que o afligem, não partilha do sentido de humor do Sr. Deputado.

Vozes: — Muito bem!

Aplausos dos Deputados do PS.

O Orador: — Queria ainda, antes de terminar, fazer algumas considerações sobre um aspecto das críticas ao Programa avançadas pelo Partido Comunista. E bem gostaria aqui de ser particularmente persuasivo, pois que estão em causa problemas de trabalhadores, cujos interesses fundamentais penso que este Governo procura defender, e é, por isso, essencial que seja por eles bem compreendido. Acusou-se o Governo de pretender resolver a crise essencialmente à custa de uma intensificação da exploração, da contenção de salários, da quebra do nível de vida dos trabalhadores. Isto a propósito da política de aumento de produtividade, da política de austeridade nos con-

sumos e de planeamento dos salários. Sublinho, em primeiro lugar, que se encontram no Programa várias medidas que se destinam a garantir uma justa distribuição dos sacrifícios que são necessários e a protecção dos rendimentos dos mais desfavorecidos. Enumero algumas: uma fiscalidade mais personalizada e progressiva. A este propósito aproveito para esclarecer, de passagem, que não é inteiramente correcto afirmar, como aqui foi feito, que o sistema fiscal com as taxas actuais tributa mais para iguais montantes os rendimentos do trabalho que do capital. Até 700 contos de rendimento líquido anual (o que é apreciável) isso nunca acontece e para cima desse montante acontece apenas em poucos casos e somente em relação a rendimentos provenientes de prédios urbanos ou rústicos.

Em segundo lugar, a garantia da protecção aos preços dos bens mais essenciais ao cabaz familiar.

Em terceiro lugar, aumento de pensões de reforma, acompanhado, seguramente, de simplificações que generalizem e facilitem a concessão do subsídio de desemprego.

Melhoria de satisfação directa de certas necessidades sociais, da saúde aos transportes.

Garantia da compensação do aumento do custo de vida na evolução salarial e revisão do salário mínimo nacional.

Foi, aliás, o próprio Dr. Álvaro Cunhal que mencionou na sua intervenção um desequilíbrio de 50 milhões de contos entre consumo e produção, indicando que tinha sido o seu partido o primeiro a chamar a atenção para a necessidade da austeridade para colmatar tal desequilíbrio. Sem discutir agora a validade daquele número, pergunta-se se tal será possível contendo apenas consumos sumptuários — por exemplo, iates, *Mercedes* ou jóias — ou se, pelo contrário, não haverá que atingir mais generalizadamente toda a população, fazendo pagar mais aos que tenham mais recursos.

É um facto que os salários reais, calculados com base nos índices de Lisboa e Porto, aumentaram em 1974 e 1975, respectivamente, de 8% e 7%, enquanto o produto e produtividade decaíram. É verdade que o aumento dos salários acima da produtividade é condição indispensável da melhoria da repartição funcional do rendimento. Mas não há modelo, não há sistema, não há política que possa manter continuadamente evolução tão desencontrada. A progressão sustentada dos salários reais pressupõe adequado incremento da produção. Daí o falar-se no Programa do Governo em planeamento da evolução salarial, o que não significa quebra do nível de vida atingido, mas antes, e essencialmente, uma adequação do seu crescimento às possibilidades reais da economia, que só um aumento de produtividade poderá incrementar.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Qualquer economia necessita de gerar um fundo de acumulação e não é seguramente com uma taxa interna de poupança de 4% do produto nacional, como atingimos em 1975, que conseguiremos tirar Portugal do atraso em que se encontra e construir o socialismo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por tudo isto, creio que, nos aspectos específicos referidos, a direcção da política económica que o Partido Comunista seguiria se fosse governo, não poderia ser muito diferente. Sinto, deste modo, que o que se critica não é tanto a política de austeridade e de restrições, mas antes o facto de a par delas não se encontrarem todas as outras políticas que o Partido Comunista gostaria de ver aplicadas e que, no seu entender, dariam aos trabalhadores um objectivo claro e compensador. Mas então, se não erro na interpretação, não é adequado dar a entender aos trabalhadores que, na actual situação económica do País, há políticas que resolvam os nossos problemas e que permitam evitar-lhes o número dos sacrifícios, e penso que não é justo lançar como acusação fundamental ao Governo que este pretende resolver a crise apenas com a intensificação da exploração dos trabalhadores.

Aplausos dos Deputados do PS.

Os sacrifícios que eventualmente todos tenhamos de partilhar são uma condição do sucesso de um programa viável de consolidação de uma democracia onde estão lançadas as bases de transição para o socialismo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa apresentado pelo Governo é, a meu ver, adequado aos problemas que o País defronta e ao cumprimento da Constituição. É um Programa que merece, portanto, a aprovação desta Assembleia e estou certo de que é isso o que o País espera de nós.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados do PS.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Vítor Constâncio falou durante 35 minutos.

Creio que será conveniente fazermos agora o habitual intervalo.

A sessão está interrompida por 30 minutos.

Eram 17 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente (Vasco da Gama Fernandes): — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Desejo informar que, neste momento, o Governo tem ao seu dispor 122 minutos, o PS 101, o PPD 63, o CDS 77, o PCP 109 e a UDP 13.

Como já temos vinte inscrições, preparem-se, Srs. Deputados, para uma grande noitada amanhã.

Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Leal.

O Sr. Américo Leal (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: A afirmação e os propósitos manifestados pelo Governo no seu Programa e nas respostas aos partidos, de que defenderá as principais conquistas da Revolução, incluindo a Reforma Agrária, é para nós, comunistas, registada com apreço.

As liberdades alcançadas, as nacionalizações, o controlo operário e a Reforma Agrária são conquistas a que todos os trabalhadores e as forças políticas que se integram no processo revolucionário português estão ligados, são conquistas que todas estas forças defendem como garante da liberdade, da independê-

cia nacional e da construção da democracia a caminho do socialismo.

A leitura e o estudo do Programa do Governo apresentado à Assembleia da República são feitos por nós num sentido progressista, que nos leva a reconhecer o que consideramos positivo, a apontar o que, em nosso entender, é negativo, duvidoso e até preocupante.

O reconhecimento da necessidade da consolidação da Reforma Agrária, de medidas que levem à concretização dos grandes planos de rega, que garantam o desenvolvimento da pecuária, que permitam o aumento da produção agrícola, que fixem o preço dos principais produtos da terra, não tem a nossa discordância.

Quando o Programa reconhece que é necessária a assistência técnica, o apoio financeiro à zona da Reforma Agrária e a melhoria social das populações rurais, continua a ter a nossa concordância.

As dúvidas e discordâncias surgem precisamente quando não vemos o Programa apontar quais as medidas práticas que levem à consolidação da Reforma Agrária, que traduzam o incremento da produção agrícola, que digam quanto e em que condições se pode contar com o crédito para permitir o desenvolvimento da pecuária, a construção de estabulos e de obras que são a garantia do aumento da área de regadio e ocupação segura de novos postos de trabalho.

O Sr. Ministro Sousa Gomes afirmou aqui que o Programa não é um plano, que só mais tarde virá à Assembleia da República para aprovação. E como pode a Assembleia da República, Sr. Ministro, dar o acordo a um Programa que não explica como atingir os fins que promete defender?

O Programa não contém críticas aos agrários, nem faz quaisquer referências às associações de classe.

Falando em desvios a corrigir, que são o seguimento de repetidas afirmações dos principais dirigentes e Ministros do PS à volta dos chamados abusos e ocupações selvagens, mais do que uma insinuação, isto visa apenas os trabalhadores agrícolas, os pequenos agricultores, rendeiros e seareiros que estão à frente das unidades colectivas de produção formadas.

Atingir precisamente os que puseram grande parte da terra inculta a produzir, que se encontram a braços com mil dificuldades materiais e técnicas, que lutaram e lutam contra a sabotagem, contra as provocações e atentados, que durante o dia regam os campos com o seu suor e de noite vigiam o que cultivam para que a riqueza criada não se perca e nós possamos comer sem ter de importar em condições e preços tantas vezes atentatórios, não se comprehende nem se pode aceitar.

Enquanto os artigos 87.º e 88.º da Constituição da República Portuguesa se referem à perda eventual do direito a indemnização e a perda de bens, em consequência do abandono a que os seus titulares votaram os meios de produção, ou de actos de sabotagem económica, esses aspectos são totalmente esquecidos no Programa, falando sim nas «compensações» a atribuir aos proprietários ou titulares atingidos.

E esquecer as associações de classe dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores, criadas e reconhecidas de acordo com a lei, que tanto têm feito em apoio da Reforma Agrária, em defesa dos que trabalham a terra, não nos parece casual.

Hostilizar as associações de classe, que no combate ao desemprego, na elevação do nível de vida da população rural e no combate à sabotagem económica dos grandes agrários têm desempenhado um papel de relevo, não se entende nem se aceita.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: O falar-se em abusos para tentar justificar as desanexações, culpando os que em muitos casos tiveram de desbravar a terra e defendendo ou esquecendo os verdadeiros culpados, que hoje, encapotados, manobram feitores e lacaios a fim de estrangularem as unidades colectivas de produção e assim poderem vir a criar sérias dificuldades à Reforma Agrária, não pode deixar de virar contra o Governo todos os que sentem nas mãos e no corpo os efeitos do duro trabalho do campo.

Vários exemplos, todos eles manobrados pelos antigos proprietários e referentes a unidades colectivas de produção já reconhecidas pelos CRRA e MAP, mostram como a base de apoio da reacção é frágil, mas às vezes suficiente para encontrar apoio da parte do MAP.

Na unidade colectiva de produção 17 de Dezembro, Portalegre, através do feitor e lacaios dos agrários, um pequeno grupo, sem expressão numérica entre a larga maioria dos cooperantes, pediu a desanexação da Herdade do Monte da Nogueira. Sem conhecer a razão para poder decidir com justiça, o MAP apressou-se a deferir o pedido. O resultado é que, neste momento, o próprio CRRA, afilito, declara que a Herdade não tem rentabilidade possível.

A unidade colectiva de produção Nascer do Sol, Elvas, tem 800 ha de regadio e duzentos trabalhadores cooperantes a trabalharem a efectivo. Um pequeno grupo de vinte elementos, manobrados por elementos reaccionários da Sagrepe e que se dizem do PPD, pedem a desanexação da terra de regadio. Se o Governo, neste e outros casos, partir *a priori* da ideia de que a Reforma Agrária assenta em «abusos» e «ocupações selvagens» cujos culpados são os camponeses (trabalhadores e pequenos agricultores), e não os grandes agrários, que por detrás procuram manobrar para estrangular as unidades colectivas e voltarem à posse dos anteriores privilégios, então comece-se-ão sérias injustiças contra as quais, não temos dúvidas, os camponeses se levantarão no sentido da justiça e de fazer cumprir a lei da Reforma Agrária.

A Herdade de Lobeira de Baixo, da unidade colectiva de produção Agro-Pecuária do Ciborro, pertencia à abastada família Vacas. A herdade em questão, com mais de 100 000 pontos, fica no meio da cooperativa. A família Vacas, como VV. Ex.^{as} sabem através da imprensa, em desrespeito pela lei (e da lei se trata, uma vez que esta unidade está reconhecida pela entidade competente), armada com armas de fogo ocupou em golpe de força a herdade referida. A família Vacas nunca trabalhou a terra e não precisa dela para viver; o que pretende é, com a provocação, atacar a Reforma Agrária e a própria Revolução Portuguesa.

A unidade colectiva de produção A União Faz a Força, Santiago do Cacém, é formada por três herdades, todas elas abandonadas, incluindo uma várzea de arroz deixada a mato há uma dezena de anos e a Herdade de Martinhanes, pertencente ao Sr. Simões. Este, em reunião em presença de um representante do CRRA e do comando da autoridade militar da re-

gião, propôs ele próprio o pagamento da renda de 30 000\$ à unidade colectiva. Passado pouco tempo apresentou-se ao MAP como vítima de roubo por ocupação selvagem, dizendo não poder viver sem «o seu ganha-pão», pelo que pedia pura e simplesmente a sua devolução para a explorar.

S. Ex.^a o MAP (não sei se por esquecimento, se por partir também do princípio de que o CRRA, nomeado por si, será comunista) apressou-se a enviar um despacho exigindo a imediata entrega da herdade ao Sr. Simões, o maior industrial de cortiça de Santiago do Cacém. Não temos dúvida de que o maior castigo que lhe poderiam dar seria obrigar-lhe a cultivar a terra.

Quando se fala em «abusos» e «ocupações selvagens» e se vê toda uma série de manobras da reacção para criar maiores dificuldades às UCP e procurar reaver o que perdeu; quando se ouve falar assim e se defende a desanexação, como se os grandes agrários fossem a vítima inocente e os trabalhadores os culpados, os fora da lei, não compreendemos nós nem os camponeses a tradução da afirmação de um Governo que se diz defensor da Reforma Agrária, em cujo Programa apenas promete tomar medidas.

Sem que se pretenda pôr de parte a existência de um ou outro caso de precipitação própria de um processo revolucionário, não se comprehende nem pode ser aceite que o Governo culpe os trabalhadores, dando ouvidos aos culpados da miséria e da exploração desenfreada nos campos, do abandono das culturas, e que tudo fizeram e continuam fazendo contra a democracia e o progresso.

VV. Ex.^{as}, Srs. Ministros, pela afirmação contida no vosso Programa, de que os processos reconhecidos de desanexação não atingem sequer 2% do total da terra ocupada (sem deixar de salientar que se trata de uma decisão vossa, contestada pelos trabalhadores e na larga maioria dos casos sem ouvir as duas partes), provam, sem disso se aperceberem, de que lado estão os abusos, para onde se devem apontar as culpas e contra quem devem ser tomadas medidas. Segundo VV. Ex.^{as}, são menos de 2% que justificam tanto barulho?

Já em Abril de 1975, em plena campanha eleitoral, quando à requisição afluente das cooperativas de trigo seleccionado para semente os departamentos do MAP nem resposta davam, o Sr. Dr. Mário Soares afirmava, num frente-a-frente televisivo, que a área da sementeira do trigo tinha diminuído assustadoramente e insinuava estarmos à beira de um ano de fome no que se refere a pão e a carne. E afirma aqui que o povo está farto de palavras e o que quer é obras. Mas os factos mostram que, enquanto os camponeses tudo faziam para conseguir semente, esta... não aparecia. Felizmente que a tenacidade, o poder de iniciativa e a noção real de defender, eles sim, o interesse nacional, souberam preparar e seleccionar de noite, como melhor podiam, o que de dia iria ser lançado à terra.

Falar-se em abusos e ocupações selvagens quando no Alentejo dezenas de milhares de camponeses faziam parte do desemprego crónico, que se definhavam eles e os seus filhos pela fome, enquanto na sua frente continuava o espectáculo da terra imensa abandonada!

Em fins de 1974 milhares de cabeças de gado vacum passaram a fronteira de Espanha pela porta do cavalo (só a família Castro, de Alcácer do Sal, passou mais

de 400 cabeças de gado), as fêmeas eram enviadas para abate, os alqueves não eram feitos! O ano de 1975 iniciou a continuação da sabotagem por parte dos latifundiários no que respeita a sementeiras, à tiragem da cortiça, à apanha da azeitona, a trabalhos de limpeza, etc., lançando no desemprego mais de 30 000 trabalhadores agrícolas e obrigando o País ao dispêndio de largas somas em importações.

Saibam VV. Ex.ºs, Srs. Deputados e Srs. Ministros, que nas unidades colectivas de produção, para que as sementeiras pudessem ser feitas e as áreas de cultivo fossem aumentadas, os trabalhadores, sem maquinaria para trabalharem a terra, tiraram do seu próprio salário e da sua barriga para comprar os meios de produção que garantiram a produção alcançada.

Entre dezenas de exemplos destes, lembremos a unidade colectiva de produção 25 de Abril, de Ponte de Sor, cuja maquinaria, comprada com o dinheiro do seu salário, ascende a mais de mil contos. Foi assim que a unidade colectiva de produção Safira, de Montemor-o-Novo, comprou o seu primeiro tractor e respectivas alfaias.

Foi assim, à custa do seu esforço e sacrifício, que o parque de máquinas, em toda a zona da Reforma Agrária, aumentou em cerca de 2000 unidades, desde ceifeiras-debulhadoras, tractores, *caterpillars*, reboques, enfardadeiras e motores de rega.

Centenas de unidades colectivas de produção, à semelhança da de Casebres, trabalharam sem um tostão durante mais de dois meses.

Não é por acaso que os trabalhadores portugueses dão o seu apoio moral e material às unidades colectivas de produção, traduzido na solidariedade em mais de 10 000 dias de trabalho; numa dezena de máquinas agrícolas; adubos, etc., tal como não é por acaso que os trabalhadores de vários países da Europa, incluindo países socialistas, fazem chegar ao nosso país o calor fraterno da sua solidariedade. Fazem-no por consciência da necessidade da sua ajuda e na certeza de que a solidariedade às unidades colectivas de produção permitirá consolidar a Reforma Agrária e encaminhar a agricultura portuguesa no caminho do desenvolvimento, Srs. Deputados e Srs. Ministros.

A referência aos abusos e ocupações selvagens contida no Programa do Governo e nas afirmações do Sr. Primeiro-Ministro a esta Assembleia como argumento para a desanexação leva-nos a interpretar duas insinuações: a primeira, é a de que nós, comunistas, estamos contra os pequenos e médios agricultores, incluindo aqui os rendeiros e seareiros; a segunda, é a de que os camponeses (trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores) é que têm procedido mal, agindo como se fossem salteadores de terras. Os factos mostram não ser assim, mas convém lembrar que têm sido os grandes senhores da terra que pela sabotagem e o crime agem contra a economia e à margem da lei, e são os trabalhadores agrícolas e os pequenos agricultores, rendeiros e seareiros que são os verdadeiros patriotas e mostram com o seu exemplo prático defender a economia nacional, agindo, eles sim, de acordo com a lei.

Roubo das terras, e das melhores, foi o que os latifundiários sempre fizeram através das gerações e em especial durante o reinado fascista. Os camponeiros, ao contrário, numa luta pela Reforma Agrária, que vem de longe, após o 25 de Abril de 1974, pelo reforço da sua unidade e ação, tendo ao seu lado

forças revolucionárias e o MFA, conquistaram a sua primeira vitória com a saída do Decreto-Lei n.º 660/74, que considera traição aos interesses nacionais a existência da terra inculta e a sabotagem económica. É, pois, ao abrigo da lei, que os camponeses ocupam grandes herdades que transformam o desemprego em trabalho e as terras em pão. O facto de serem eles a fazê-lo só lhes dá razão!

E é mais tarde, pela contínua pressão da luta das massas camponesas, que o Decreto n.º 406-A/75 vem à luz do dia, norteando a Reforma Agrária, dando lugar à formação dos CRRA, que analisaram a pontuação das herdades, reconheceram a formação das unidades colectivas de produção e as direcções respectivas. Foi, pois, à face da lei, arrancada pela justa luta dos camponeses, que a Reforma Agrária teve lugar e as unidades colectivas de produção foram formadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros: Trata o Programa da questão dos créditos, à volta da qual tece considerações e aponta objectivos.

Não deixaremos de concordar que dos créditos depende fundamentalmente a consolidação da Reforma Agrária e o desenvolvimento da agricultura, pois que, além de vultosas somas necessárias ao aumento e melhoria do parque de máquinas agrícolas, é igualmente urgente atender à necessidade de aumento do efectivo pecuário, da construção de alojamentos e silos.

Dado o grau de atraso da nossa agricultura, em grande parte afectada pela sabotagem económica na zona de Reforma Agrária, e a necessidade sentida de marchar rapidamente para o seu desenvolvimento, muito depende, como sempre assim foi, do volume e condições de crédito virado para o sector agrícola.

Mas como o Programa coloca como condição ao crédito a rentabilidade das empresas e a forma como o faz nos parece pôr em causa as unidades colectivas de produção e as pequenas explorações agrícolas individuais, não posso deixar de citar alguns exemplos que, dado não constituírem casos únicos, mostram como as preocupações da parte do MAP não dão razão nem direito a medidas limitativas que vão contra a autonomia das unidades.

De uma maneira geral, o facto de as unidades colectivas de produção terem aumentado a área de cultivo e da produção, que, para além da produção de cereais (estimativa de 900 000 t de trigo, 270 000 t de cevada, searas de trigo a 30 sementes e de aveia a 60 sementes), aumentaram os gados em cerca do dobro, construíram pequenas barragens de terra e outras obras indispensáveis ao aumento da área de regadio, muitas delas à sua própria custa, e aumentaram o parque de máquinas, tão decisivo para o avanço da produção justifica, só por si, a justeza do crédito a conceder.

Quanto à produção de cereais do ano em curso, ao contrário da afirmação de que não há problemas quanto à armazémagem, estão a verificar-se sérias dificuldades que, a persistirem, podem levar ao apodrecimento de valiosas partes da colheita.

Foi tendo em conta este perigo real que, na primeira semana do corrente mês, uma comissão de dirigentes da unidade colectiva de produção e do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Portalegre se dirigiu ao MAP para uma reunião marcada através do CRRA, vindo a ser recebida apenas pelos secretários, que mastigaram o assunto mas nenhuma saída

concreta deram para a solução do problema. Isto é motivo de apreensões, tanto mais que situações idênticas existem noutras distritos do Alentejo. Foi dito aqui, pelo Sr. Primeiro-Ministro, que o povo está farto de palavras e o que quer é obras. Afinal, não é isto precisamente o que nós, comunistas, e os camponeses pretendemos?

Porquê a não aceitação, por parte do MAP, como medida urgente, da mobilização dos armazéns de grandes proprietários rurais, situados em herdades e nos centros urbanos, para a imediata armazenagem dos cereais? Revela isto compreensão pelo esforço dispensado pelas unidades colectivas de produção e a defesa do interesse nacional? Não foram os Srs. Ministros avisados a tempo do aumento da área de cultivo e do provável aumento da produção?

E porque não só não tomaram medidas, como ainda afirmaram que não havia lugar para preocupações? É ou não urgente, e justifica-se ou não, que sejam tomadas medidas que garantam o armazenamento em condições de conservação desta grande riqueza de produção de trigo, que, segundo estimativas oficiais, este ano permite a redução de importações em cerca de um milhão de contos?

Para além dos aumentos gerais de produção, alguns exemplos podem mostrar como as unidades colectivas trabalham e quanto elas são credoras de toda a confiança: 1) a unidade colectiva 12 de Maio, de Ponte de Sor, com 800 trabalhadores numa área de 14 000 ha, nada produzia aquando da sua formação, havendo apenas 1800 ovelhas. Neste momento, para além de uma colheita de trigo calculada, com segurança, em 600 000 kg e uma imensidão de produtos hortícolas, possui 2800 ovelhas e 700 borregos; 2) a unidade colectiva Maria Machado, Montemor-o-Novo, composta de 11 herdades, na altura abandonadas, produziu, em 1975, 416 000 kg de cereais e possuía 779 cabeças de gado, passando este ano para 1 050 000 kg de trigo e 1239 cabeças de gado; 3) as 17 unidades colectivas de Santiago do Cacém em números redondos tinham: em 1974, 2000 cabeças de gado, em 1976, 7500; em 1974, 100 trabalhadores efectivos, em 1976, 900; em 1974, 1800 ha de terrenos cultivados, em 1976, 5000. Toda a zona da Reforma Agrária constitui um exemplo de trabalho a merecer toda a confiança no campo do crédito, aberto a quem queira ver, pois as unidades colectivas não têm à sua volta nenhuma malha de ferro que impeça que se conheça a realidade que está dentro.

Mas não basta que o crédito seja concedido; é necessário também que este seja em condições que não signifiquem a asfixia das unidades colectivas e das pequenas e médias explorações individuais.

Anteriormente ao 25 de Abril de 1974, os agrários recebiam do Estado bonificações anuais da ordem de um milhão de contos e obtinham crédito para investimento a médio e longo prazos a baixo juro e ainda créditos concedidos pelas empresas comerciais e industriais.

Em 1975, dos 5 milhões de contos ao juro de 6% cedidos sob a pressão dos que trabalham a terra, apenas pouco mais de 2 milhões foram de facto atribuídos.

Foi preciso quase um ano para que o MAP se pronunciasse favoravelmente sobre o 1 200 000 contos de crédito pedidos através do IRA e neste momento,

decorridos três meses sobre o acordo do Sr. Ministro, que saibamos, nem um tostão foi ainda cedido!

Se o MAP, a partir de Abril do corrente ano, diz dispor apenas de 350 000 contos para fazer face a possíveis pedidos —, como se pode acreditar que o Governo vá concretizar, em somas tão largamente necessárias, o que o Programa coloca como objectivo a atingir, mas de forma tão vaga?

Quando o Governo nos coloca a revisão imediata do sistema de *contrôle* e concessão do crédito, não pode, ao tratar de uma questão fundamental para o desenvolvimento da agricultura, colocada de forma tão vaga, deixar de nos preocupar e de colocar sérias dúvidas, reforçadas com exemplos que vêm de trás e através precisamente do MAP.

As unidades colectivas de produção precisam de construções de barragens de terra e furos artesianos que, aumentando consideravelmente a área de regadio, aumentariam grandemente a produção agrícola e a pecuária, permitindo desde já terminar definitivamente com o desemprego na zona da Reforma Agrária.

Dezenas de pequenas obras hidráulicas das do género acima referido e de há muito pedidas em toda a zona do Alentejo assegurariam a irrigação de milhares de hectares.

Só no distrito de Setúbal três pequenas barragens de terra já localizadas e sobre planos de estudo aprovados, mas cuja respectiva comparticipação de há muito pedida não sabemos quando chega, permitiriam irrigar 700 ha, dando uma produção de valor superior a 100 000 contos, e dariam lugar a 200 novos postos de trabalho efectivo.

Para que tudo isto possa traduzir-se em realidade é necessário, de facto, obras e não palavras. A este respeito, a forma vaga como o Programa trata de questões tão sérias e importantes só nos enche de dúvidas e apreensões. Quais as possibilidades de crédito? Em que condições? A que juro? Se isto não é dito, a perspectiva no que se refere à consolidação da Reforma Agrária e ao amplo desenvolvimento da agricultura não pode ser risonha, antes se apresenta carregada de sérias dúvidas.

Quanto à Previdência.

Que princípios de orientação pensa o Governo seguir? As unidades colectivas de produção a pagarem uma responsabilidade que é do País? Trata-se de extensão imediata ou gradual da Previdência? Subsidiando as empresas para esse fim, transitoriamente ou não?

Nós, comunistas, pensamos que a extensão da Previdência se impõe; só que o pagamento dos 17% por parte das empresas é neste momento incomportável diante do actual emprego da mão-de-obra, tão diferente hoje da de ontem, e que isto deve ser tido em conta.

Quanto à rentabilidade das unidades colectivas de produção.

Sendo imprescindível que nenhuma empresa, seja qual for, dê prejuízo, em que termos se pretende medir a sua responsabilidade? Económica apenas, ou social também? Fornecendo-lhes os meios necessários para aumentarem a sua rentabilidade, ou abandonando-as às suas dificuldades?

Quanto à situação das empresas agro-industriais.

Em que termos pensa o Governo concretizar os ditos saneamentos? Sobre critérios meramente financeiros, estruturais, sociais, ou de apoio à actividade da produção? E com ou sem a participação das direcções dos trabalhadores?

Quanto à zona de intervenção.

O Governo diz propor-se seguir uma política de verdade. É uma intenção que registamos. Mas pergunta-se: que política pensa o Governo seguir em relação às grandes explorações agrícolas acima de 50 000 pontos, fora da área geográfica de intervenção?

Quanto a nacionalizações.

A afirmação categórica de que as nacionalizações terminaram, pergunta-se: isto aplica-se, ou não, aos grandes complexos agro-industriais? Se não, porquê colocar estes à margem das leis da Reforma Agrária?

Quanto ao estatuto da floresta.

Também aqui residem dúvidas que não são pequenas. Pretende-se que a floresta seja toda nacionalizada, ou apenas uma parte? E que parte? Ou não se pretende nacionalizar, mas sujeitar a um forte controle? Em que termos as explorações colectivas a podem utilizar?

Quanto à Reforma Agrária.

Compromete-se o Governo a defender a Reforma Agrária. É positivo que a afirmação da defesa desta grande conquista da Revolução seja feita.

Mas o que responde o Governo a casos como os referentes à freguesia de Montalvão e da Herdade da Abrunheira, em Montalegre, que num total de 2800 ha, e em manifesta sabotagem económica, impediu que se empregassem quase duas centenas de trabalhadores, situação que se mantém sem resposta deste Janciro de 1976?

Que responde o Governo a casos como o da casa Palmela, com mais de 5000 ha de boas terras abandonadas e por expropriar, quando aponta como solução para o problema dos rendeiros a desanexação das cooperativas?

Nós, comunistas, pensamos que todas as grandes herdades nesta situação devem ser expropriadas e entregues a quem trabalha a terra (trabalhadores agrícolas, pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros).

Pensará o Governo da mesma forma?

Antes de finalizar, lembrei a esta Assembleia que para além dos assuntos versados por mim sobre a Reforma Agrária, o meu companheiro de partido e de luta abordará numa segunda intervenção problemas em ligação também com a Reforma Agrária.

Sendo a Reforma Agrária uma conquista directa dos trabalhadores agrícolas, pequenos agricultores, rendeiros e seareiros numa luta de há muito contra o absentismo, contra a miséria, contra o atraso e abandono na agricultura por parte dos grandes agrários, ela tem tido e continua a ter a participação dos trabalhadores dos centros industriais, tantas vezes traduzida em apoio moral e material às cooperativas e à luta dos camponeses.

A Reforma Agrária, com a formação das unidades colectivas de produção, não significa apenas uma modificação na distribuição da propriedade e dos meios de produção neste sector.

Ela representa antes de tudo — e os resultados começam já a saltar à vista —, uma enorme fonte de riqueza para as populações rurais e o povo português, traduzida em substancial aumento da produção agrícola e na eliminação quase completa do desemprego crónico, na melhoria sensível do bem-estar social das populações do campo.

Defender a Reforma Agrária, tomar medidas que possibilitem a sua concretização total, que permitam o desenvolvimento rápido das unidades colectivas de produção e das cooperativas, é banir definitivamente o desemprego nos campos, contribuir para o desenvolvimento do sector industrial, criar riqueza nacional, contribuir para o aumento das culturas, consolidar a independência do País. É isto que o Governo tem o dever de fazer.

E isto, Srs. Deputados, não é fazer nenhum favor. É assim que os trabalhadores entendem!

Tenho dito.

Aplausos dos Deputados do PCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado: A sua intervenção durou 28 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O sector da educação é aquele que neste momento maior atenção concita do País. Estamos na segunda semana de Agosto e o actual titular do MEIC anunciou que arrancaria no dia 1 de Outubro com o novo ano escolar.

Não gostaríamos de ser nós, Deputados do CDS, logo aqui e agora, a pôr em causa o realismo desta decisão. O Governo não ignora que não estão, por enquanto, asseguradas as instalações necessárias, nem sequer tem o tempo suficiente para rever os diplomas básicos que deveriam estar prontos antes do início das aulas. A legislação sobre a gestão das escolas, o estatuto do pessoal docente, a colocação dos professores (que não fica resolvida com o despacho publicado no último fim-de-semana) e o sistema de avaliação de conhecimentos reclamam uma larga audição de todos os interessados na política educativa; e está fora de qualquer critério de razoabilidade esperar que o Governo possa realizar o milagre de preencher as condições necessárias dentro de cinquenta dias, que tantos são os que nos separam de 1 de Outubro.

O menos que dizemos é que o Governo não começa bem, prometendo tanto.

O capítulo dedicado à educação constitui, no entanto, um notável avanço em relação à modesta página e meia que ocupava no livrinho do Partido Socialista distribuído durante a campanha eleitoral de Abril último, o que já levou o presidente do CDS a afirmar que ele contém em si a promessa de dias melhores.

O CDS regista, com satisfação, que a análise da situação em que se encontra o ensino em Portugal e as causas que o lançaram na anarquia e caos correspondem inteiramente ao texto relativo à educação que consta do manifesto eleitoral do nosso partido, também divulgado no início do mês de Abril.

Convém sublinhar que foi o CDS dos poucos a expressar, então, a sua indignação, quando outros preferiram calar todos os desmandos provocados por forças minoritárias e golpistas.

Apraz-nos também sublinhar que o Programa do Governo, no sector que nos ocupa, reflecte a sadia preocupação de equacionar correctamente os problemas, evidencia um sincero respeito pelos princípios da democracia pluralista e revela a vontade firme de reconduzir as escolas à convivência democrática, especialmente no ensino superior.

Outro tanto constitui grande vitória para o CDS o compromisso agora tomado pelo Governo de solicitar sempre a colaboração das associações dos pais na definição da nova política educacional. Vem de longe, como é conhecido de todos, o nosso combate pelo reconhecimento institucional dessas associações.

Congratulamo-nos, pois, pelo reconhecimento deste direito dos pais, e auguramos que a este primeiro passo sigam outros, de modo a contribuir para a pacificação, desanuvioamento e incremento da vida escolar.

Não escondemos o nosso regozijo pela declaração da liberdade do ensino particular no Programa do Governo. Acodem-me à memória as palavras dramáticas do Presidente do Grupo Parlamentar do CDS, Amaro da Costa, na Assembleia Constituinte, quando o PS, pelo número dos seus Deputados, derrotou a tese centrísta de consagrar constitucionalmente aquele direito.

Vemos hoje com aprazimento que o Governo socialista, reconsiderando à luz da realidade nacional a sua posição, não hesitou em reconhecer a liberdade de fundação de estabelecimentos de ensino privado.

Fá-lo, porém, em termos abstractos. Seria conveniente que o Governo desse a conhecer ao País os exactos termos em que pensa concretizar tal garantia. O corolário lógico seria, antes do mais, o Governo institucionalizar a participação dos responsáveis pelo ensino privado, isto é, suas organizações de classe na definição da política educacional. Depois ficam em aberto estas interrogações: concederá o Governo apoio financeiro a todas as iniciativas? Proporcionará ele a ajuda técnica de que tanto carecem? Vai manter o paralelismo pedagógico com as escolas públicas? Que medidas vai adoptar para que os filhos das classes menos abastadas possam também frequentar as escolas particulares?

O Grupo Parlamentar do CDS gostaria de ver melhor explicitadas as medidas concretas que o Governo pensa adoptar em relação ao ensino particular já no próximo ano lectivo.

No tocante à educação pré-escolar, actualmente quase inexistente, o Programa é tímido e reticente, se tivermos em conta que é a educação pré-escolar que constitui um factor importante da igualização das oportunidades e da democratização social. Dotar rapidamente o País com uma rede de jardins-escolas deveria ser a preocupação dominante do Governo. Mas as medidas enunciadas não fornecem qualquer indicação sobre o número e localização de jardins-escolas que serão abertas no próximo ano e seguintes, durante o quadriénio do mandato governamental.

O ensino especial não mereceu ao Governo grande empenho. Adopta-se no Programa a solução incongruente de lhe fazer uma fugaz referência sob a

epígrafe de educação pré-escolar. E, no entanto, sabe-se que 10% das crianças portuguesas (cerca de 100 000) são inadaptadas e deficientes, e destas perto de 30 000 podem reclamar fórmulas de ensino especial diferenciado.

A abertura dos jardins-escolas suscita o problema dos educadores de infância. É notória a precariedade da preparação destes educadores. Onde vai o Governo recrutar este pessoal? Em que número? Com que formação? Que medidas vai adoptar para que os actuais educadores adquiram os conhecimentos indispensáveis para continuarem nas suas funções pedagógicas?

Problema semelhante e igualmente importante é o da reforma das escolas do magistério primário. Nem uma leve nem transitória referência se encontra nas já de si modestas duas alíneas dedicadas no Programa ao ensino primário.

Os professores do ensino primário são hoje em dia as maiores vítimas do descalabro do sistema educacional. Uma vez diplomado com o curso do magistério primário (que continua a ser profissionalizado a nível de ensino secundário ...), ele fica abandonado a si próprio, sem qualquer possibilidade de actualizar os seus conhecimentos, sem estímulo para fomentar a criatividade e dinamização pedagógica, sem cursos de reciclagem ou de «formação em serviço». Isto para não falar aqui em regentes escolares, sem conhecimentos didácticos e sem habilitações para poderem dedicar-se ao difícil ensino que é o primário.

O conteúdo programático do ensino primário é de pôr os cabelos em pé. Não existe já a prova de ortografia, como eliminatória, quase que se deixou de ensinar história de Portugal. Estão em curso experiências dirigidas por Srs. Inspectores, recrutados a dedo entre militantes de um partido político que conseguiu assenhorear-se dos lugares-chave do MEIC, experiência esta que pouco contribui para a formação de futuros cidadãos de um País amante da liberdade e da democracia. O Governo tem a obrigação de corrigir imediatamente esta situação e não enterrar a cabeça na areia.

No que concerne ao ensino preparatório e secundário (em que se omitiu totalmente o ensino do tipo profissional ou artístico) o Governo indica apenas medidas imediatas, deixando em claro as medidas mediatas que se admite tenha em carteira.

Labora o Governo em grave erro de apreciação quando desdenha dos professores sem habilitações exigidas ou quando os ameaça com a medida dracônica de os afastar das suas funções actuais em benefício dos que exibem aquelas habilitações.

A esmagadora maioria dos professores sem habilitações (muitas vezes faltam-lhes apenas uma ou mais cadeiras curriculares) têm um longo passado de ensino e adquiriram uma boa experiência pedagógica, isto é, o saber da experiência feito, para poderem corresponder às exigências normais dos ensinos preparatório e secundário. Vai o Governo afastá-los sistematicamente para os substituir por jovens bacharéis, com diplomas arrancados com passagens administrativas e sem a mínima experiência pedagógica?

O Governo preocupa-se, por outro lado, exclusivamente com o pessoal docente, relegando para o esquecimento o pessoal técnico administrativo e auxiliar, tão importante quanto indispensável para o normal funcionamento do aparelho educativo. Quando

pensa o Governo publicar o estatuto deste pessoal, definir convenientemente as suas carreiras e as suas condições de formação?

O Governo anuncia a planificação das actividades das escolas superiores, nomeadamente na normalização dos *curricula* dos cursos professados em escolas congêneres.

Ora sucede que os estudantes e docentes têm adoptado os *curricula* votados nas respectivas assembleias de escolas, e este direito é por eles considerado como uma das conquistas revolucionárias. O CDS pergunta se o Governo não reconhece a cada escola superior o direito de estabelecer o seu próprio *curriculum*, o mesmo é dizer o direito à autonomia pedagógica.

Também os Deputados centristas têm interesse em saber como o Governo pensa intervir junto das escolas para saber quem lá ensina, se os docentes recrutados durante estes dois anos satisfazem as condições consideradas indispensáveis para o professorado universitário, como são pagos, e a qualidade do ensino que ministram. Como vai o Governo actuar contra o monolitismo ideológico que ainda impera em certos institutos superiores, e como vai reintegrar de facto os estudantes, professores e funcionários saneados ilegalmente? Que providências pensa adoptar para que não haja impedimentos para realização das provas *académicas* de qualquer grau nas universidades do País?

A criação da Secretaria da Investigação Científica representa um importante passo em frente. Certamente caberá a esta Secretaria trazer sob a sua alcada e coordenar toda a investigação científica que se realiza em Portugal, agora dispersa por vários Ministérios.

Isto significa que o Governo vai definir uma autêntica política da ciência e realizar uma reforma das estruturas actualmente existentes, nomeadamente quanto ao papel que de futuro será reservado à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e ao Instituto Nacional de Investigação Científica.

Quando pensa o Governo divulgar as bases programáticas da sua política da ciência para o nosso País?

São estes, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os reparos que o Grupo Parlamentar do CDS entendeu dirigir ao Governo no sector da educação. São interrogações que derivam da circunstância de o Programa não prever uma política globalista nem imprimir uma solução de conjunto no domínio do ensino e investigação científica. O programa do CDS, como é patente no nosso manifesto, seria mais arrojado, mais vigoroso, mais imaginativo.

Risos do PS.

Mas não é ao CDS que desta vez cabe governar.

Risos.

Aplausos dos Deputados do CDS.

O Sr. Presidente: — A intervenção do Sr. Deputado durou 11 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

Vozes: — Ah!

O Sr. Presidente: — Peço a atenção dos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Acácio Barreiros merece efectivamente ser respeitado e não me parece, salvo o devido respeito, que se possa receber com sussurros um Deputado que vai falar, mesmo antes de ele começar a falar.

Vozes: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo trabalhador de Portugal: A União Democrática Popular quer antes de mais pedir a compreensão de todas as pessoas que ouviram o nosso último discurso para o facto de termos que ler este muito rapidamente porque temos o nosso tempo limitado por decisão destes partidos, destes doutores que aqui têm estado a ver qual deles defende melhor a Constituição e qual deles defende as liberdades.

Risos.

Neste momento, quer o Governo, quer os partidos, têm cerca de duas horas, ao passo que a União Democrática Popular tem cerca de treze minutos.

E assim é de facto fácil fazer-se ironia ou atacar-se as posições da UDP quando se sabe que a UDP praticamente não tem direito de resposta. E assim é de facto fácil que o Sr. Ministro Almeida Santos, com a habitual falta de sentido de humor, tente esconder as críticas que são da UDP e também do povo trabalhador.

Risos.

Quanto ao Sr. Engenheiro Amaro da Costa, sempre lhe queremos dizer que escusa de pedir autorização à UDP para citar outros autores, porque, sendo assim, se o fizesse sempre, quase nos teria que pedir autorização por cada pensamento e cada frase, da mesma forma que o Sr. Prof. Freitas do Amaral nos teria que pedir autorização por cada sorriso.

Risos.

E isto porque os discursos do Sr. Engenheiro Amaro da Costa e os sorrisos do Sr. Prof. Freitas do Amaral são quanto a nós muito idênticos a certos discursos e a certos sorrisos de aqui há uns anos atrás.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Essa agora!

O Orador: — Quanto ao Sr. Narana Coissoró, também lhe queremos dizer uma coisa: aquelas assembleias que reclama, com autoridade, para fixar os currículos são as mesmas assembleias que expulsaram certos elementos fascistas das escolas, entre os quais muitos jovens da JC.

Enfim, o debate do Programa do Governo vai prosseguir, em liberdade e em segurança, porque de facto a voz da oposição democrática revolucionária que é a UDP está praticamente amordaçada neste debate.

O Sr. António Arnaut (PS): — Vê-se.

O Orador: — Da mesma forma que em liberdade e em segurança se vão fazendo os relatórios sobre o 25 de Novembro e os relatórios ditos sobre seviças, porque se tem a liberdade e a segurança de saber que quem é atacado nestes relatórios não tem

direito a resposta. Da mesma forma que prosseguem lá fora os despejos com uma violência desumana, como foi o caso de um último despejo em Odivelas. Aqui temos de novo a liberdade em segurança para os senhorios.

E da mesma forma que são libertados mais «pides». A UDP quer deixar aqui, de forma bastante veemente, o seu protesto pela libertação dos mais altos responsáveis da PIDE, nomeadamente Abílio Pires, a que já nos referimos, e agora o Sachetti, que é bem conhecido e bem odiado pelos antifascistas em Portugal, bem como o Inácio Afonso, chefe de brigada e também bem conhecido do povo trabalhador. Enfim, mais uma série de «pides» em liberdade e em segurança.

Queremos deixar a claro que não é esta liberdade nem esta segurança por que os milhares de antifascistas deram o seu sacrifício e por vezes a sua vida, em 48 anos de luta contra o fascismo. Não é seguramente esta liberdade e esta segurança que levou os oficiais antifascistas a derrubar a ditadura na madrugada do 25 de Abril. E é por isso também que com esta liberdade e esta segurança se está a construir a democracia, por um lado, restringindo direitos a organizações de trabalhadores antifascistas, como a UDP, e, por outro lado, saneando do exército esses mesmos obreiros do 25 de Abril, ameaçando-os de prisão e agora, ao que parece, preparando-se para tirar os últimos, que já são poucos, que ainda restam, do Conselho da Revolução.

E lá vão seguindo em liberdade e em segurança. Até ver.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais.

O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais (Armando Bacelar): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com a mais viva emoção que pela primeira vez assumo a palavra nesta Assembleia da República. Permita-me V. Ex.ª, Sr. Presidente, que na pessoa de V. Ex.ª, velho companheiro combatente das horas difíceis da luta pela liberdade, eu saúdo esta Casa.

Vou referir-me às intervenções dos Srs. Deputados Sérvulo Correia, do PPD, José Vitoriano, do PCP, e Oliveira Dias, do CDS, em matéria de segurança social e saúde, e do último também de condição feminina.

É-me grato assinalar que, de um modo geral, para além de observações críticas que considerarei, porque são quase todas elas contribuições positivas para o desenvolvimento do próprio Programa, para além de certas girândolas de oratória próprias de quem sabe que o País o escuta, se fez em torno destes importantes capítulos uma verdadeira unanimidade.

Com efeito, nas palavras iniciais do Sr. Deputado Sérvulo Correia, «de um modo geral, são aceitáveis os projectos de actuação alinhados no Programa do Governo do Partido Socialista em matéria de segurança social e saúde», coincidindo até «com algumas das soluções preconizadas no Programa do Governo do Partido Popular Democrático».

No dizer do Sr. Deputado José Vitoriano, «os objectivos definidos no Programa do Governo enquadram-se, nas linhas gerais, numa política de segurança social de acordo com o consignado na Constituição e com exigências de há muito sentidas neste sector». Por sua vez, o Sr. Deputado Oliveira Dias começa por

reconhecer que «na generalidade, o projecto do Governo quanto a estes sectores é ponderado e cauteloso». E vai mais longe: «não temos dúvidas em dar o nosso apoio à generalidade do projecto e do esforço que ele representa».

Muito obrigado, Srs. Deputados. Esta unanimidade mostra que à volta de um projecto nacional, que procurou captar as aspirações mais prementes da população portuguesa e equacionar com realismo as provisões que não o sonho mas as condições de acção permitem, podem unir-se todos os portugueses de boa vontade. Esperemos que haja o patriotismo e a compreensão necessários para se entender que, nestes sectores e nos demais, o Programa do Governo do Partido Socialista é esse projecto.

O reconhecimento destes apoios generalizados, que vinculam as forças políticas que solene e responsávelmente os proclamaram, tornam ao mesmo tempo mais leve e mais pesada a responsabilidade do Ministro que está perante vós e dos seus mais directos colaboradores, que são todos os trabalhadores do Ministério dos Assuntos Sociais, a começar pelos Secretários de Estado da Segurança Social e da Saúde.

E poderia limitar-me a nada mais dizer. A chamar a vossa atenção para o facto, resultante do cotejo meditado dos textos, de que o que nos separa nada é em comparação com o que nos une — para empregar uma frase grata do Deputado Sr. Dr. Álvaro Cunhal. E a formular o voto sincero de que os propósitos aqui solenemente afirmados não se deteriorem na prática, onde tantas vezes, pela exacerbação das paixões e a diluição do sentido das responsabilidades, naufragam os melhores propósitos dos dirigentes e dos espíritos mais esclarecidos.

Porém as considerações na especialidade carecem umas de comentário, outras de esclarecimento.

O Sr. Deputado Sérvulo Correia empreendeu contra o Programa uma crítica «de esquerda». Exactamente pelo que lá está, embora sem demagogia nem desenvolvimentos, mas que ele não soube ou não quis ver.

Embalou-se, e pretendeu embalar o País, em plena utopia social-democrática.

Enveredou pelas «encruzilhadas da história em que a decisão voluntaria pode impor saltos qualitativos irreversíveis», comandadas por «homens decididos», numa «iniciativa arrojada e fulgurante». Julgaríamos, com tanto voluntarismo, estar a ouvir um PPD-ML ...

Risos do PPD.

No entanto, a ausência deste tipo de linguagem no Programa só traduz a distância que separa a responsabilidade de quem tem de laboriosamente construir do à-vontade dos simples fazedores de frases. Porque é que o PPD, tanto tempo à frente do Ministério dos Assuntos Sociais, nunca empreendeu essa «iniciativa arrojada e fulgurante», para a qual certamente lhe não faltariam apoios?

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.ª Helena Roseta (PPD): — Tivemos uns apoios bestiais!

O Orador: — Esta linguagem é, por outras palavras, a dos «avanços revolucionários», que tantas vezes se saldaram em derrotas e cuja psicopatologia social

nos conduziu, em grande parte, às dificuldades presentes. Estamos num tempo em que a revolução portuguesa, se quer prosseguir (e nós, socialistas, queremos mais que ninguém que ela prossiga), tem de se consolidar, tem de se instituir em estruturas duráveis, tem de se radicar na prática social estável, pois só isso tornará irreversíveis as conquistas desta Revolução. Para tanto, há que banir o aventureirismo e todas as modalidades do radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista, ainda quando venham do PCP ou do PPD.

Risos do PPD.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não desconhecemos «o papel da segurança social como vector da construção do socialismo», nem outras injunções doutrinárias deste Sr. Deputado. Simplesmente, embora essa seja a filosofia do Programa bem expressa na sua parte política, não se trata de um texto doutrinário (de ideologia estamos todos cheios mas ninguém a come, como dizia Fidel de Castro).

O Sr. Teodoro da Silva (PPD): — Vê-se.

O Orador: — Trata-se de um programa de provisões concretas tendentes a uma tarefa urgente de recuperação nacional, de vencer a crise e salvar a Revolução, de um compromisso com o nosso povo e a que este há-de corresponder e já está a corresponder, para ser realizado com os corações quentes mas com as cabeças frias. Quer queiramos quer não, Sr. Deputado, estamos todos metidos no mesmo barco: ou nos salvamos juntos ou perecemos juntos. E só por obnubilação mental é que V. Ex.^a pode ter chegado a declarar o Governo «obnubilado pelo feitichismo da propriedade» ...

Aponta-se ainda a adopção de certas soluções preconizadas pelo PPD e que não estariam nos nossos programas ou preparada e o facto de parte delas ter sido iniciadas pelo VI Governo Provisório, sob a responsabilidade de membros do PPD. Nada nos perturba a insinuação do «plágio». Durante a longa noite do fascismo, quando o PPD ainda não existia mas os socialistas sofriam perseguições ...

A Sr.^a Helema Roseta (PPD): — Os sociais-democratas também.

O Orador: — ... a cadeia e o exílio, foi publicada clandestinamente, em 1973, a primeira «Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista», que continha já, enunciadas concretamente, as grandes linhas deste Programa.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, o Sr. Deputado «esqueceu-se» de que as reformas em curso foram preparadas e iniciadas por socialistas, na Secretaria de Estado da Segurança Social.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — E dos simples comentários passarei aos esclarecimentos:

Só por desatenção de leitura se pode dizer que o programa de segurança social não passa de «uma so-

breposição de medidas a que uma listagem de objectivos não consegue dar sentido de conjunto». São evidentes o nexo e o encadeamento entre esse todo e a sua subordinação aos objectivos do artigo 63.^º da Constituição, expressamente invocado e cuja matéria era desnecessário reproduzir. Teve-se em conta a actual situação — estrutural e financeira —, procurando-se as soluções mais adequadas para as deficiências há muito sentidas, que tiveram eco no discurso de posse de S. Ex.^a o Presidente da República, bem como uma nova formulação evolutiva e dinâmica do sector. O povo português não quer tratados sobre segurança social, quer medidas concretas que melhorem o seu teor de vida, quer o abono de família e os subsídios pagos a tempo e horas, quer creches e infantários que funcionem, quer protecção à terceira idade, quer segurança contra a doença, a invalidez e a miséria.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Nesta óptica, Sr. Deputado, a que vem anatematizar-se o propósito enunciado de uma política de gestão financeira responsável, que não aponta, como afirma, para a aceitação das estruturas existentes, aponta antes para a total reestruturação do sector, expressa na criação do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Bem sabemos que esta não é «uma gigantesca companhia de seguros». E porque queremos erigir um sistema de segurança universal, estadual, unificado e descentralizado, é que os respectivos estudos preliminares foram já elaborados, por iniciativa do Secretário de Estado socialista, no sentido da reestruturação indispensável e da integração do sector no Estado.

Afoita-se o mesmo Sr. Deputado a acenar com a fixação de todas as pensões num quantitativo nunca inferior ao mínimo de subsistência, determinado por inquérito, e a não menos imediata integração dos rurais no regime geral da Previdência. Tudo isso à custa do Orçamento Geral do Estado, com um deficit previsto para 1976 já de 40 milhões de contos, e que, se tal se fizesse, mais do que duplicaria! Esses desideratos são nossos objectivos, mas são manifestamente inatingíveis a curto prazo. Daremos todos os passos possíveis em direcção a eles. Os trabalhadores permanentes da agricultura já estão, como sabe, integrados no regime geral da Previdência. Mas só a integração dos restantes faria passar o deficit actual de 6 milhões de contos — números redondos — para 13 milhões de contos anuais.

As melhores críticas a estas utopias são dos intervenientes Srs. Deputados Sousa Franco, seu correligionário, quando se refere ao peso sobre a economia de certos investimentos, cujo valor social não contestamos, designadamente as pensões sociais ..., e José Vitoriano, do PCP, quando reconhece não ser praticável «no regime da previdência rural» senão «uma progressiva aproximação ao esquema da Previdência dos demais trabalhadores». Temos de reconhecer que fundamentalmente é do conjunto da recuperação económica que virão as principais possibilidades e meios de melhorar a situação da segurança social e da saúde e não o inverso.

Não me refiro ao que este Sr. Deputado não viu no programa, mas está lá, como em matéria de pro-

tecção às crianças e velhos, ao serviço social, de incentivação à iniciativa assistencial privada (que inclui a das Misericórdias), a articulação da acção desta com a do Estado, etc. Nem às parcas considerações sobre a saúde, porque não traduzem divergência essencial; são exigências de alongamentos desnecessários ou de opções que caberão a esta Assembleia.

As considerações do Sr. Deputado José Vitoriano põem o acento tónico na «descapitalização das reservas da Previdência», no boicote e sabotagem por parte do grande patronato como causa dos débitos astronómicos à Previdência, na necessidade de participação dos trabalhadores na gestão e controlo da Previdência e sua representação nos respectivos órgãos, através das associações sindicais.

Não há divergências essenciais também entre o Programa do Governo nesta matéria e as considerações deste Sr. Deputado, impondo-se, no entanto, certas precisões, não vá concluir-se deste reconhecimento adesão à sua unilateralidade.

É simples expressão de uma mentalidade maniqueista dizer-se que a acumulação de enoríssimos créditos da Previdência, de cerca de 8 milhões de contos, é obra pura e simples de «boicote e sabotagem do grande patronato». Porque a realidade é bem diversa. A maior parte desses débitos incobrados provém de médias e pequenas empresas, das próprias empresas nacionalizadas (só estas devem 2 milhões de contos) e das que se encontram em autogestão. E não vai longe o tempo em que, à porta do Ministério do Trabalho ou no seu interior, se aconselhavam abertamente comissões de gestão a não pagarem as contribuições para a Previdência!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à descapitalização, é estranho que o Sr. Deputado adopte um critério de previdência puramente capitalista, considerando esta uma empresa, quando, na realidade, é um serviço nacional. Dir-se-ia que houve uma troca de posições entre os Srs. Deputados José Vitoriano e Sérvalo Correia (*Risos do PPD*), pois este negou, e bem, que a Previdência fosse uma gigantesca companhia de seguros. Por que milagre é que, numa época de profunda crise financeira, reconhecida nesta intervenção, as reservas do Estado se fundem como manteiga ao sol e os fundos da Previdência se iriam manter intactos e invioláveis, imunes à «descapitalização» geral? ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A participação dos trabalhadores está consignada no nosso Programa do Governo, como é óbvio e bem expresso. As formas dela em matéria de segurança social, tendo em vista o interesse nacional a que terão de estar subordinadas (já que o financiamento do sector pelo Orçamento Geral do Estado, portanto à custa de receitas fiscais pagas por toda a população, se acentuou e se acentuará), serão aquelas que esta Assembleia fixar, esteja o Sr. Deputado sossegado. (*Risos*). Mas o que não permitiremos nunca é que quaisquer forças partidárias se apoderem da Previdência para, através dela, submeterem a classe operária e largos sectores do povo ao seu domínio.

Aplausos do PS.

Por último o CDS. O Sr. Deputado Oliveira Dias mostrou-se muito alarmado por, no seu entender, o Programa ter apenas «algumas pinoceladas de socialização», por apontar para um serviço nacional de saúde não integrado, por se pretender manter a segurança social como fundo autónomo.

Mas é evidente que todo o sentido das providências constantes do nosso programa nestas matérias aponta para o socialismo. A saúde custa, em qualquer país, muito dinheiro. Há que fazer opções à luz das possibilidades. As nossas são bem claras e concretas: estruturar a rede hospitalar, o ambulatório e cuidados primários, racionalizar o consumo brutal de medicamentos sem prejuízo terapêutico, rever os quadros humanos quanto a estatutos profissionais e carreiras. Isto no fundamental, mas sempre com vista à «criação do serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito», isto é, integrado, de que fala o artigo 64.º da Constituição, que é naturalmente parte fundamental do Programa.

Simplesmente, assim como o socialismo não se faz de um trago, também a integração não se traduz num mero acto. É antes um processo.

E também é um processo a integração dos fundos da Previdência no Estado, que, na sua primeira fase, passa necessariamente pelo que vem consignado na alínea f) da p. 214 do Programa.

A reforma da Direcção-Geral de Saúde terá por fim, além do mais, evitar a distribuição da superintendência em hospitais entre duas direcções-gerais e intensificar a sua acção profiláctica e de investigação sanitária e epidemiológica.

O Sr. Deputado Oliveira Dias, em matéria de condição feminina, esquece que parte importante dela é tratada nos capítulos da justiça e do trabalho.

Agita o «papão» da «liberalização do aborto», que não consta do Programa. Não pode entender-se como tal uma simples referência à Conferência Internacional do México, quanto a «tomar medidas concretas para proteger a mulher da exploração específica de que ainda é vítima, em virtude da prostituição e de outras formas de exploração comercial». Não estará o Sr. Deputado Oliveira Dias de acordo com esses objectivos?

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Claro que estou!

O Orador: — Ora, o problema do aborto e da sua incriminação é um problema real e sério, com implicações de variada ordem e até religiosas que nós, socialistas, sempre respeitámos e respeitaremos. Por isso, nunca um Governo socialista legislará directamente em matéria de aborto. Submeterá à Nação, através da sua legítima representação nesta Câmara, qualquer projecto que porventura entenda elaborar na matéria. Já um dia tive ocasião de o dizer pela televisão.

E, para terminar, o ilustre Deputado do CDS parece não gostar muito do planeamento familiar, hoje preceito constitucional e necessidade quase universalmente reconhecida. Mas não se atreve a condená-lo. Comete, a meu ver, o erro grave de desejar vê-lo incluído não nos capítulos da saúde e da condição feminina, mas noutra «de política demográfica ou da população».

Ora, o planeamento familiar, antes do mais, é uma questão de qualidade de vida, simultaneamente de saúde, de felicidade individual, de assistência à famí-

lia. Se for bem realizado o respectivo serviço, ele evita a tragédia de tantas mulheres precocemente destroçadas por sucessivas e involuntárias gravidezes. Pode impedir a dissolução de muitos lares, ao tornar consciente o fenómeno da paternidade e a maternidade. Sujeitar tudo isto à razões de Estado, colocar o planeamento familiar na mera dependência de uma política demográfica é, permita-me o Sr. Deputado, cometer um feio pecado, um pecado mortal contra o tão apregoado «personalismo» do CDS que o Sr. Deputado Amaro da Costa apregoa.

Risos do PS e aplausos do CDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Falei a dura mas salutar linguagem da verdade. Só a verdade é revolucionária, como escreveu Lassale, retomado por Engels.

Não pude embalar-me nem ambalar-vos em belas palavras. Infelizmente, no contexto actual, assume pleno significado a sentença de Lao-Tsé, segundo a qual «as belas palavras não são verdadeiras e as verdadeiras não são belas».

Oxalá em breve as possamos dizer!
Tenho dito!

Aplausos dos Deputados do PS.

O Sr. Presidente: — A intervenção do Sr. Ministro durou 21 minutos.

Está inscrito a seguir o Sr. Deputado Cabral Fernandes, a quem dou a palavra.

O Sr. Cabral Fernandes (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No quadro da Constituição, os Açores e a Madeira são dotados de estatutos político-administrativos reconhecedores de uma inequívoca autonomia, cuja legítima obtenção foi precedida por um longo esforço por parte das populações insulares, agora, finalmente, representadas por órgãos regionais democraticamente eleitos.

Do Programa do Governo minoritário socialista apraz registar, com o devido relevo, o compromisso assumido de que as relações entre o Governo Central e os órgãos regionais hão-de processar-se, no futuro, «sem ingerências recíprocas, paternalismo ou arrogância, antes na base de uma leal e franca cooperação».

Esperemos que a prática política do primeiro Governo Constitucional venha a demonstrar que se encontra definitivamente encerrado o ciclo da desconfiança ou da indiferença, que caracterizaram a política irrealista do anterior regime e dos Governos Provisórios.

É, também, da mais elementar justiça realçar aqui, em abono do Governo, a intenção expressa de atribuir às regiões autónomas «as receitas fiscais, geradas a partir da actividade insular, mas que, por razões várias, não são cobradas nos dois arquipélagos», princípio pelo qual o CDS sempre se bateu.

Porém, convém aclarar devidamente outros aspectos insuficientemente tratados no Programa do Governo.

As regiões autónomas, pela sua condição insular, têm tido o seu desenvolvimento económico-social fortemente dependente das suas ligações com o exterior, quando a sua situação geográfica, na encruzilhada das rotas atlânticas, tenderia a uma grande abertura e à integração das regiões em espaços económicos mais vastos.

Nestas circunstâncias, conviria que o Governo elucidasse, convenientemente, quais as medidas concretas e prazos de execução que prevê para uma melhoria do sistema de relações com o exterior e para dar solução às acentuadas carências em infra-estruturas portuárias e aeroportuárias.

Concretamente, e no que se refere à Região Autónoma da Madeira, caberia perguntar se o projecto de ampliação do Aeroporto de Santa Catarina, que o Governo se propõe elaborar, será de concretização imediata e se conterá as medidas minimamente exigidas que permitam o acesso à maior gama possível de tipos de aviões comerciais.

Quanto aos Açores, não é o Programa do Governo suficientemente explícito no que se refere às medidas necessárias para a eliminação do estrangulamento provocado pela inexistência de uma política coordenadora no sector dos transportes e comunicações entre as ilhas e com o exterior.

Perante as elevadas potencialidades turísticas das regiões autónomas, já em fase de acentuado desenvolvimento na Madeira e em fase de arranque nos Açores, o Governo — como aqui já foi dito — pretende facilitar e desenvolver as ligações aéreas directas com os principais centros geradores de turismo. Mas convém que esclareça, sem equívocos, se não se opõe a uma total liberalização dos transportes marítimos e aéreos com a cessação de situações paramonopolistas existentes.

Importa ainda que o Governo não omita as medidas tendentes a fomentar a colocação no mercado do continente dos excedentes da produção agro-pecuária de ambas as regiões, com vista a minorar as carências continentais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para finalizar, duas questões deve o CDS pôr ao Governo para que, neste debate, seja testada a política que se propõe realizar de não ingerência recíproca e de leal e franca cooperação com os órgãos regionais.

A primeira prende-se com a posição, favorável ou desfavorável, que o Governo assumirá na hipótese de os órgãos regionais da Madeira virem a considerar vantajosa a criação de um regime de franquia aduaneira, regime este em fase de estudo promovido pela Junta Regional ainda em exercício.

A segunda e última questão é a de saber se o Governo admite que o sistema bancário actualmente existente nas regiões autónomas venha a ser reestruturado de acordo com critérios regionais, eventualmente diferentes daqueles que porventura venham a ser adoptados no continente, por forma a screm criadas condições de desenvolvimento económico-social que favoreçam a consolidação da autonomia.

As regiões da Madeira e dos Açores confiam que a autonomia agora consagrada na Constituição seja um marco que assinala o termo do império lisboeta e que contribua decisivamente para o fortalecimento dos laços de solidariedade nacional entre o todo que esta Câmara representa; o todo que é o povo português.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — A intervenção do Sr. Deputado foi de 4 minutos.

O Sr. Deputado Carvalho Ribeiro está presente?

Pausa.

É que temos simplesmente 7 minutos e o Sr. Deputado, se calhar, não poderá usar da palavra em tão pouco tempo, a não ser que a Assembleia quisesse prolongar a sessão por mais algum tempo. Eu não estarei na presidência porque tenho uma entrevista marcada, mas estará alguém por mim.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Melo.

O Sr. **Barbosa de Melo** (PPD): — Sr. Presidente: Era só para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Popular Democrático necessitava para esta intervenção de cerca de doze minutos. Portanto, o prolongamento que é pedido à Assembleia não é significativo.

O Sr. **Presidente**: — Se a Assembleia não se opõe, eu também nada tenho a opor.

Tenha a bondade, Sr. Deputado Carvalho Ribeiro.

O Sr. **Carvalho Ribeiro** (PPD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa do Governo do PS, na parte respeitante à agricultura, em muitos pontos merece o apoio do PPD, por consagrar posições que os sociais-democratas sempre têm assumido, enquanto noutras pontos, sobretudo por indefinição ou ambiguidade, mas também por silêncio, não reúne condições para obter a nossa concordância.

Ao iniciarmos a apreciação deste sector do Programa do Governo não podemos deixar de acentuar que, segundo a perspectiva social-democrática, uma reforma agrária não se deve limitar a transformar as relações de propriedade mas sim visar a transformação das relações de produção e a criação de novas formas de distribuição do rendimento social agrícola, através de um processo gradual e incisivo, percorrido sempre com a participação das populações e num contexto de legalidade, indispensável à salvaguarda dos direitos humanos em causa e à programação das operações com um mínimo de abusos e desvios.

A situação da agricultura nacional, descrita no Programa do Governo e no período considerado, corresponde em geral à nossa visão, na medida em que acentua o dualismo estrutural, os vícios da cultura extensiva e do capitalismo agrário, mas ressalva, dessa situação opressora e lesiva do interesse nacional, grande parte do espaço rural português onde vive a esmagadora maioria da população activa agrícola, ainda ampliada por muitos refugiados das ex-colónias e diversos trabalhadores que outras actividades económicas se revelaram incapazes de absorver.

As diferentes situações existentes, com profundas raízes históricas, exigem remédios diferentes: este um princípio que, na construção de uma sociedade socialista alicerçada na realidade portuguesa, jamais poderá ser contrariado ou sequer esquecido.

Ainda quanto à caracterização apresentada, manifestamos a nossa satisfação por nela se afirmar que importa fazer face à «marginalização dos numerosos pequenos agricultores em resultado da forma como o processo foi conduzido». Trata-se de medida de elementar justiça, com vista a reparar situações, mais frequentes e dolorosas do que aquelas que diversas forças políticas pretendiam, e continuam a pretender, fazer crer.

O Sr. **Sá Carneiro** (PPD): — Muito bem!

O **Orador**: — Importa, no entanto, extrair da situação descrita, a nosso ver com realismo e seriedade, as ilações necessárias com vista ao futuro, delineando um conjunto de medidas destinadas a fazer sair a agricultura, como sector decisivo da economia portuguesa, da estagnação em que caiu, em resultado da viciada política agrária anterior ao 25 de Abril, sem incorrer nos desvios e abusos que, à sombra da legítima aspiração da Reforma Agrária, vieram inquinar, com o vírus totalitário, o processo democrático em curso.

Vozes do PPD: — Muito bem!

O **Orador**: — Ora as medidas preconizadas no Programa, relativamente às regiões onde a concentração da propriedade não é elevada, estão imbuídas, a nosso ver, em muitos aspectos, de um carácter excessivamente vago, propenso a delongas e adiamentos por parte do aparelho interventor do Estado, incompatível, portanto, com a premente necessidade de aumentar o volume de produção e com o imperativo de conceder às populações dessas regiões as melhorias de nível e qualidade de vida, já verificadas noutras profissões e noutras lugares. Embora honestamente se deva reconhecer a dificuldade de em curto prazo se conseguirem propostas de acção para aquelas regiões, afigura-se-nos que se deveria ter tentado ir mais longe, sobretudo quanto a iniciativas capazes de congregar a colaboração das populações visadas, até aqui sujeitas a constante traumatização, ou abandono, a que foram votadas por vários e diferentes regimes políticos. Teríamos nós, social-democratas, tentado ir mais longe no estabelecimento de medidas tendentes a defender instituições, como a empresa familiar (produtor autónomo) ou como as formas de comunitarismo agro-pastoril — que subsistem e produzem, dentro das suas possibilidades escassas, apesar das agressões que o liberalismo e o capitalismo agrário, cada um em sua época, sobre elas praticaram. Não misturámos tudo no mesmo saco, no conjunto «invertebrado» de pequenos e médios agricultores; expressar-nos-íamos preferentemente de modo afirmativo, isto é, pela definição e caracterização de estruturas empresariais válidas como as referidas, às quais importa conferir dimensão física e económica (como, aliás, no Programa se preconiza), através de medidas de reestruturação fundiária e institucionais, tais como a reforma antecipada dos agricultores, para dar o lugar aos filhos jovens, a política coordenada de mutações profissionais, ou o incentivo às formas de exploração em comum e as intervenções no mercado fundiário, sempre possíveis, mesmo em regime de propriedade privada de feição minifundiária.

Mas o Programa é do PS, e não nosso, pelo que se lhe não poderão exigir medidas de tão acentuada conotação social-democrata.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Entre as medidas contidas no Programa do Governo do PS que merecem aplauso destacamos a descentralização e a regionalização dos Serviços do Ministério da Agricultura, nomeadamente a criação do Serviço de Extensão Agrária, congregando o esforço multidisciplinar de técnicos de formação diversa.

Constitui uma medida salutar, que simultaneamente origina operacionalidade nas relações com os agricultores e amputa parte da competência «napoleónica» do Terreiro do Paço, que tem sido fonte de

marasmo burocrático, incompatível com a sociedade que pretendemos construir. No entanto, esta reorganização dos serviços, que se aplaude, só será suscetível de execução eficiente se for acompanhada da revisão das condições de remuneração dos trabalhadores do Ministério da Agricultura, cuja situação de inferioridade e de discriminação perante outros departamentos do Estado não deve, nem pode continuar.

Uma voz do PPD: — Muito bem!

O Orador: — Igualmente se nos afigura útil a criação dos Serviços de Engenharia Rural, dirigidos à realização de empreendimentos colectivos e à assistência à exploração agrícola no domínio do equipamento, numa óptica de colaboração com as populações rurais nos empreendimentos necessários à obtenção de infra-estruturas para as explorações agrícolas e de condições propiciadoras da melhoria da qualidade de vida.

Ainda no referente a medidas de carácter administrativo, não se pode deixar de concordar com a supressão de duplicações e estruturas paralelas, com o objectivo de economia de esforços e de unidade de acção, que compartilhamos. A projectada criação de múltiplos «gabinetes» para apoio de fomento de culturas ou empreendimentos de engenharia corre, no entanto, o risco de contrariar a orientação em causa, se os mesmos se transformarem em embriões de organizações paralelas.

Quanto a medidas relativas à política de preços, não pode deixar de se acolher com satisfação a política coordenada que se pretende estabelecer, com particular incidência nas economias dos agricultores do minifúndio, embora não baste garantir o preço razoável dos produtos, mas também os dos factores de produção empregados. Havendo de reconhecer-se a dificuldade de reorganizar imediatamente sector tão complexo, e que no passado esteve sujeito a tantas distorções, não se pode, porém, deixar de estranhar a maneira exemplificativa e tímida como é introduzida no Programa a fixação antecipada dos preços, enquanto o Estado está claramente obrigado, por força do artigo 103.º da Constituição, à sua fixação no início de cada campanha. Será difícil, desde já, dar cumprimento ao preceito constitucional relativamente a todos os produtos, mas de qualquer modo o Governo não pode ignorar a obrigação constitucional que sobre si impende.

Para além das medidas com que concordamos, e de que destacámos as principais, domínios há relativamente aos quais, por omissão ou por dificuldade de interpretar o texto do Programa, gostaria o PPD de conhecer a efectiva posição do Governo. Sobre esta matéria, as seguintes interrogações se nos põem:

Como pensa o Governo tornar efectivo o direito de reserva em relação aos proprietários expropriados, designadamente quanto à resolução das questões suscitadas pela compropriedade e outros patrimónios indivisíveis?

Pensa o Governo apresentar, de acordo com o n.º 3 do artigo 97.º da Constituição, o planeamento imediato das acções da Reforma Agrária segundo esquema a inserir no próximo plano ou é sua intenção submeter previamente a esta Assembleia as bases do prosseguimento da mesma Reforma?

A Constituição permite, nos termos do artigo 97.º, que as áreas expropriadas possam ser entregues para

exploração não só a unidades colectivas ou cooperativas, como a pequenos agricultores individuais. Como pensa o Governo dar efectiva satisfação a este direito e quais as condições a criar para que as populações possam optar em liberdade?

Pensa o Governo, ao referir a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de aplicação da Lei de Arrendamento Rural, vir a apresentar proposta a esta Assembleia com vista a alterar disposições de fundo da referida Lei?

Dada a necessidade de dotar as cooperativas agrícolas com um estatuto legal que seja democrático, funcional e de acordo com a Constituição, pensa o Governo apresentar alguma proposta a esta Assembleia?

Em caso afirmativo, tenciona submeter a proposta previamente à consulta do movimento cooperativo e à discussão pública?

No sistema de crédito agrícola preconizado, cujos princípios de simplificação, descentralização e regionalização não poderão deixar de ser bem acolhidos, não se refere o papel do crédito cooperativo.

Pensa o Governo dispensar o concurso do cooperativismo neste domínio, o que seria oposto aos ensinamentos dos grandes doutrinadores cooperativistas (incluindo alguns portugueses) e aos resultados das experiências válidas neste sentido realizadas em vários países?

Dado que o Governo, quanto a programas autónomos, projecta remodelar o PADAP (Programa Autónomo de Desenvolvimento Agro-Pecuário) e reforçar o Plano Pecuário dos Açores (com o que concordamos, devendo no último caso ser salvaguardada a competência neste domínio do respectivo Governo Regional), não deverá igualmente dar-se continuidade ao PTM (Plano de Trás-os-Montes), sujeitando-o às modificações convenientes, por se tratar de uma região altamente carecida de pequenos investimentos a nível de aldeia, designadamente no respeitante aos baldios, agora finalmente entregues às comunidades?

O Sr. Pedro Roseta (PPD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As respostas às questões acabadas de formular assumem importância diversa: umas terão origem em interpretações da nossa responsabilidade; outras serão devidas provavelmente a meros lapsos que o Governo rectificará; finalmente, outras terão a sua origem em questões mais fundas, que nós, sociais-democratas, gostaríamos de ver rapidamente clarificadas, dada a natureza vital que lhes atribuímos.

Neste último caso situa-se, entre outras, a questão das bases da Reforma Agrária, matéria da competência desta Assembleia, à qual tencionamos apresentar um projecto sobre a matéria, dadas as objecções que temos a opor ao regime vigente e que são do conhecimento público.

Ao concluir esta apreciação sobre a parte da agricultura do Programa do Governo, particularmente sobre a Reforma Agrária — que, entendida como deixámos dito, é instrumento básico da construção da sociedade socialista — desejamos evidenciar que para nós, sociais-democratas, é imperioso que a mesma Reforma não resalte na zona de intervenção para o capitalismo de Estado, criando um tipo de empresa

com o patrão Estado à testa (ou com qualquer partido, na sombra, a manipular), tipo de empresa que a Constituição afasta. Imperioso ainda é que a Reforma não se confine nas restantes regiões (Norte, Centro e Algarve, bem como nos Açores e na Madeira) ao esquecimento e à passividade da administração pública, o que retiraria qualquer eficácia económica e social aos sistemas de produção existentes, votados assim a um caminho de desagregação e ruína.

Contra estes dois riscos, contra estes dois perigos, defende-nos a Constituição. O Programa do Governo do PS, se em alguns aspectos nos trouxe tranquilidade, não nos satisfaz, principalmente por silêncio e indefinição de intenções.

Ficaremos, assim, a aguardar esclarecimentos sobre importante parcela de um domínio que consideramos decisivo para o desenvolvimento da sociedade portuguesa e para a consolidação da democracia.

Tenho dito.

Aplausos dos Deputados do PPD.

O Sr. Presidente: — A intervenção do Sr. Deputado durou doze minutos certíssimos. Parabéns ao Sr. Deputado Barbosa de Melo.

Srs. Deputados: Antes de encerrar a sessão, vou fazer o ponto da situação no que se refere a horários. O Governo tem ainda ao seu dispor 101 minutos, o PS 101, o PPD 51, o CDS 62, o PCP 81 e a UDP 9.

Srs. Deputados: Lembrei-me — não sei se bem, se mal — de começarmos amanhã a sessão às 14 horas. Há alguma oposição da vossa parte? A hora parece-me boa, na medida em que teremos pela frente uma longa jornada.

Pausa.

Sr. Deputado Barbosa de Melo, faça favor.

O Sr. Barbosa de Melo (PPD): — Sr. Presidente: Eu perguntava se a Presidência prevê a hipótese de termos uma sessão nocturna amanhã.

O Sr. Presidente: — É fatal como o destino, Sr. Deputado.

Risos.

O Sr. Barbosa de Melo (PPD): — Sendo assim, talvez não houvesse inconveniente de maior em a sessão começar às 15 horas.

O Sr. Presidente: — Assim seja então.

Até amanhã às 15 horas.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 10 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

António Jorge Moreira Portugal.
António José Sanches Esteves.
António Manuel de Oliveira Guterres.
Bento Elísio de Azevedo.
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.

Florêncio Joaquim Quintas Matias.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Herculano Rodrigues Pires.
Mário António da Mota Mesquita.

Partido Popular Democrático (PPD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
Arcanjo Nunes Luís.
Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.
Francisco Braga Barroso.
Jorge de Figueiredo Dias.
Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
Sebastião Dias Marques.

Centro Democrático Social (CDS)

Henrique José Cardoso de Meneses Pereira de Moraes

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

António Alberto Monteiro de Aguiar.
António José Pinheiro da Silva.
António Magalhães da Silva.
Fernando Jaime Pereira de Almeida.
Francisco Patrocínio Martins.
João da Silva.
José Gomes Fernandes.
José Luís do Amaral Nunes.
Luís Manuel Cidade Pereira de Moura.
Mário Manuel Cal Brandão.

Partido Popular Democrático (PPD)

António Augusto Lacerda de Queiroz.
António Júlio Correia Teixeira da Silva.
Fernando José Sequeira Roriz.
João Bosco Soares Mota Amaral.
José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.
Mário Fernando de Campos Pinto.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Vasco Valentim Batista de Carvalho.

Centro Democrático Social (CDS)

Alcino Cardoso.
Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
António Simões da Costa.
Eugenio Maria Nunes Anacoreta Correia.
Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
Ruy Garcia de Oliveira.
Vítor António Augusto Nunes de Sá Machado.
Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Ângelo Matos Mendes Veloso.
Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês.
Domingos Abrantes Ferreira.
José Alves Tavares Magro.
José Manuel da Costa Carreira Marques.
José Manuel Maia Nunes de Almeida.

O CHEFE DOS SERVIÇOS DE REDAÇÃO, Januário Pinto.

PREÇO DESTE NÚMERO 18\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA